

5 Guerras por procuração em África, Ásia e América Central

Os anos 80 caracterizaram-se pelo acentuar das tensões da Guerra Fria e pelas guerras por procuração, por todo o globo, nos países em vias de desenvolvimento. Ao longo da década, as superpotências intervieram em conflitos locais de importância secundária ou de curta duração que, perversamente, se intensificavam provocando deslocações em larga escala. Este capítulo centra-se nas três regiões onde ocorreram crises importantes de refugiados: o Corno de África, o Afeganistão e a América Central. O ACNUR desempenhou um papel importante na resposta dada a cada uma delas.

Se bem que alguns dos conflitos descritos neste capítulo tenham começado nos anos 70 ou até mesmo antes, concentramo-nos aqui nos anos 80. No Corno de África, uma série de guerras agravadas pela fome fizeram com que milhões de pessoas fugissem das suas terras em momentos diferentes. No Afeganistão, um novo conflito de grande dimensão, numa região estrategicamente importante, obrigou mais de seis milhões de pessoas a procurarem refúgio nos países vizinhos. Na América Central, três guerras distintas causaram a deslocação de mais de dois milhões de pessoas.

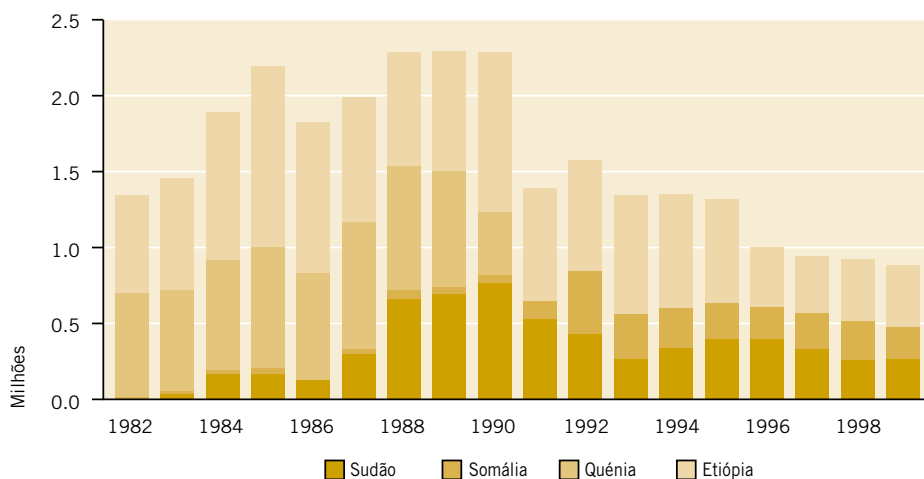
Estas crises de refugiados representaram desafios complexos, quer para os países de acolhimento quer para a comunidade internacional. O ACNUR viu-se pela primeira vez numa situação em que tinha de dar resposta em simultâneo em três continentes diferentes a emergências de refugiados, múltiplas e de larga escala. O ACNUR teve também de trabalhar sob pressões específicas que resultavam do envolvimento das superpotências. Praticamente, todo o financiamento do ACNUR e muito do seu pessoal são provenientes dos países ocidentais. Dado que muitas das populações refugiadas dos anos 80, nomeadamente afegãos, etíopes e nicaraguanos, fugiam de governos socialistas e comunistas, os países ocidentais tinham também interesse geopolítico em financiar os programas do ACNUR. Entretanto, o bloco soviético, que encarava as Nações Unidas essencialmente como pró-ocidentais, não apoiava nem financiava o ACNUR.

Com crises de refugiados a irromper por todo o mundo durante os anos 80, o orçamento do ACNUR subiu drasticamente. Em 1975, havia 2,8 milhões de refugiados a nível mundial, rondando o orçamento do ACNUR cerca de 76 milhões de dólares EUA. Nos finais dos anos 80, a população refugiada aumentou para perto de 15 milhões de pessoas e o orçamento do ACNUR passou para mais de 580 milhões de dólares EUA. No decurso destes anos, a assistência prestada pelo ACNUR atingira uma dimensão nunca antes igualada. Um dos principais desafios que se lhe apresentou foi a gestão de grandes campos de refugiados. Tal como aconteceu no caso da Indochina, a presença de elementos armados nos campos dos refugiados constituiu também motivo de grande preocupação para a Organização.

Refugiados afegãos na fronteira noroeste do Paquistão, no início dos anos 80. (M. KOBAYASHI/1983)

Populações refugiadas na Etiópia, Quênia, Somália e Sudão, 1982–99

Figura 5.1



Os movimentos de refugiados descritos neste capítulo não foram de modo nenhum os únicos ocorridos durante os anos 80. Houve também deslocções maciças noutros lugares. Por exemplo, cidadãos do Sri Lanka fugiram para a Índia, ugandeses fugiram para o sul do Sudão, angolanos fugiram para a Zâmbia e para o Zaire e os refugiados moçambicanos fugiram para os seis países vizinhos [ver Caixa 5.2]. O ACNUR esteve envolvido na protecção e assistência aos refugiados em todos estes casos.

No final dos anos 70, princípios dos anos 80, o Corno de África fora palco de numerosos movimentos em larga escala de refugiados. A guerra, a fome e as deslocções em massa atraíram a atenção do mundo, pois o envolvimento das superpotências alimentava os conflitos e ampliava as suas consequências. Muitos etíopes, inclusive eritreus - a Eritreia era então parte da Etiópia - procuraram refúgio no Sudão, Somália e Djibuti e um grande número de sudaneses e somalis procuraram refúgio na Etiópia.

No final dos anos 70, verificou-se uma mudança drástica de “fidelidades” por parte da Etiópia e da Somália. Na Etiópia, a consolidação do poder pelo Tenente-coronel Hailé Mariam Mengistu, em 1977, resultou na procura de apoio junto da União Soviética, quebrando com o seu aliado tradicional, os Estados Unidos. Consequentemente, os Estados Unidos aumentaram o seu apoio aos governos do Sudão e da Somália. O impacto nos conflitos da região foi significativo.

Os refugiados etíopes na Somália

Os movimentos em larga escala de refugiados da Etiópia para a Somália começaram no final dos anos 70. Aproveitando-se dos tumultos internos na Etiópia, o Presidente

Siad Barre da Somália invadiu a região de Ogaden, na Etiópia, em 1977. As tropas somalis tiveram inicialmente sucesso, mas quando a União Soviética transferiu o seu apoio para o regime marxista do Presidente Mengistu, as suas forças conseguiram repelir a invasão. No princípio de 1978, as tropas somalis foram forçadas a recuar para lá da fronteira. Centenas de milhar de pessoas de etnia somali na região etíope de Ogaden, temendo represálias por envolvimento no recrudescimento da violência que precedera a invasão somali, fugiram para a Somália. Outras 45.000 fugiram para o vizinho Djibuti.

O governo da Somália apelou para a assistência do ACNUR em 1979. O ACNUR auxiliou o governo a criar e a gerir grandes campos de refugiados. Estes campos, a curto prazo, ajudaram a melhorar as condições dos refugiados, muitos dos quais sofriam de má nutrição e de doenças, mas eram cada vez mais evidentes os problemas inerentes a acampamentos sobrelotados e de tão grande dimensão [ver Caixa 5.1]. Os acampamentos cresceram tanto que se tornaram maiores do que muitas cidades da Somália. Estes refugiados, que eram sobretudo nómadas, sentiram dificuldades em se adaptar à vida sedentária. Procurando reduzir a dependência dos refugiados da assistência humanitária, o ACNUR iniciou uma série de projectos agrícolas. Estes, porém, tiveram pouco êxito, em grande parte devido à escassez de terra arável e de água.

Principais fluxos de refugiados durante a década de 80

Mapa 5.1



Caixa 5.1

Campos e instalações de refugiados

Os grandes fluxos de refugiados dos anos 80 originaram o crescimento de grandes campos e outros tipos de instalações nos países de acolhimento. Em África, em particular, a implantação de campos de refugiados começou a substituir a prática anterior em que se permitia que os refugiados se fixassem no seio da população local.

Nos últimos anos têm-se feito sentir críticas generalizadas aos campos de refugiados. O ACNUR, em particular, tem sido responsabilizado por sustentar a política de implantação desses campos e pelos problemas causados. Os críticos defendem que os campos são prejudiciais e desnecessários e que deveriam adoptar-se outras alternativas como a auto-instalação (vivendo os refugiados no seio da comunidade de acolhimento).¹

A natureza dos campos de refugiados

Não existe uma definição exacta do que é um “campo de refugiados”. O termo é usado para descrever instalações humanas que variam substancialmente em dimensão e carácter. Em geral, os campos de refugiados são áreas cercadas, restritas a refugiados e a quem lhes presta assistência, onde a protecção e a assistência é facultada até que seja seguro o regresso ou a reinstalação noutro lugar. Ao contrário de outro tipo de instalações, como as instalações agrícolas ou as “aldeias de refugiados” no Paquistão nos anos 80 e 90, os campos de refugiados geralmente não se auto-sustentam.

Os campos de refugiados, regra geral, são planeados como temporários e são construídos nessa base. Todavia, em muitos casos, duram 10 ou mais anos, criando novos problemas. O abastecimento de água e os esgotos muitas vezes não aguentam uma utilização de longo prazo e as parcelas vão-se tornando demasiado pequenas à medida que a família aumenta. Em muitos campos, o fornecimento de lenha é inadequado e os refugiados tem de a arranjar fora dos campos,

provocando desflorestamento e outros problemas ambientais. Como os problemas transbordam dos campos, afectando as comunidades de acolhimento que os rodeiam, os governos muitas vezes impõem restrições aos refugiados, limitando-lhes a liberdade de circulação e de emprego fora dos limites das instalações.

Um dos problemas mais graves associado a muitos campos é a falta de protecção plena aos refugiados por parte das autoridades locais, principalmente porque, muitas vezes, se situam perto ou mesmo nas zonas de conflito. A longo prazo, os campos podem tornar-se perigosos, locais de marginalidade, onde há contrabando de armas e de droga e onde está presente o crime organizado. Os refugiados nestes campos muitas vezes estão sujeitos a abusos internos e a intimidação física. Por vezes, os grupos armados tomam o controlo dos campos de refugiados ou usam-nos como bases, como no caso dos mujahedin no Paquistão, dos “contras” nas Honduras e, mais recentemente, dos interahamwe no Zaire Oriental [ver Caixa 10.1]. Como os campos perdem o seu carácter civil, virando santuários para os grupos armados, tornam-se alvo de ataques das forças inimigas. Os campos de refugiados têm sido bombardeados, atacados para captura de reféns, de veículos e de provisões e palco de “violentas perseguições” movidas por grupos armados. Em tais circunstâncias, os governos de acolhimento encaram-nos sobretudo como uma ameaça à segurança e impõem maiores restrições aos refugiados.

A auto-instalação é preferível?

Os críticos têm acusado o ACNUR de favorecer os campos de refugiados em detrimento da auto-instalação porque os campos são o melhor meio de controlar os refugiados, facilitando o repatriamento. Argumentam que os campos de refugiados são prejudiciais e desnecessários e que podem sempre encontrar-se soluções mais viáveis. Uma dessas alternativas é “a auto-

-instalação assistida”, em que os refugiados são ajudados a fixar-se no seio da população local. Reclamam que os refugiados que se auto-instalaram têm uma vida melhor, estão mais seguros, mais livres e vivem em circunstâncias mais viáveis do que nos campos ou em outras instalações organizadas. A hipótese aqui implícita é que os refugiados nunca escolheriam instalar-se num campo de refugiados se lhes fosse dada a possibilidade de optar.

Perante isto, parece óbvio que ninguém iria escolher viver num campo de refugiados se se lhe deparasse a possibilidade de viver noutro sítio. Todavia, a realidade é frequentemente mais complexa. A ideia generalizada de existirem melhores condições para os refugiados fora dos campos não ficou devidamente demonstrada pela prática. Não há de modo algum a certeza de que a auto-instalação dos refugiados seja normalmente mais segura e melhor do que a instalação nos campos. Dependendo das circunstâncias, os refugiados que vivem fora dos campos podem estar sujeitos a uma série de problemas económicos e de segurança que vão desde ameaças de habitantes locais ressentidos aos ataques de grupos rebeldes e à incorporação forçada nesses grupos. Os refugiados auto-instalados podem estar sujeitos a serem detidos pelas autoridades e serem recolocados ou forçados a ir para campos, como ocorreu em Karachi e Peshawar, no Paquistão, em meados dos anos 80.

Do ponto de vista do refugiado, um campo pode ser uma opção realmente mais segura e materialmente mais estável do que a auto-instalação. Na verdade, os refugiados e os seus líderes organizam-se frequentemente em instalações semelhantes a campos de refugiados ainda antes do ACNUR ou de qualquer outra organização humanitária estabelecer qualquer programa de assistência. Também não se deve assumir que os campos são sempre locais lúgubres e deprimentes, repletos de vítimas passivas e depen-

dentes. Pelo contrário, os campos de refugiados são muitas vezes locais de vibrante actividade sócio-económica.

Muitos campos de refugiados de grandes dimensões tornaram-se importantes zonas de actividade económica na área de acolhimento, com mercados muito activos, restaurantes e outros serviços geridos pelos refugiados e que atraem a população em redor.² Por exemplo, Khao I Dang, um campo para refugiados cambojanos na fronteira com a Tailândia, teve fama ao longo da maior parte dos anos 80 pela gama de restaurantes e pelo bem sucedido serviço de aluguer de bicicletas. Também se criou um mercado movimentado no centro de um campo de refugiados ruandeses em Goma, no Zaire Oriental, de 1994 a 1997. A ilustrar o nível de actividade económica neste campo de refugiados nos finais de 1995 regista-se o facto de ter havido alturas em que no campo se chegavam a abater 20 cabeças de gado num só dia.

Se bem que doenças como a cólera se podem espalhar facilmente em campos construídos à pressa e, em muitos casos, superlotados, especialmente na fase inicial de emergência, os refugiados nos campos recebem melhores cuidados de saúde, de educação e outros serviços do que as pessoas nas áreas circundantes. Em consequência, as organizações humanitárias que aí trabalham estão cada vez mais a proporcionar serviços de saúde, de agricultura e de educação não apenas para refugiados, mas também para as comunidades locais. Isto não quer dizer que os campos de refugiados são sempre um bem para a região de acolhimento. Os benefícios económicos podem ser contrapostos com outros problemas, mas há que os ter em conta. O debate acerca das vantagens e desvantagens dos campos de refugiados deve situar-se no contexto de um entendimento claro sobre a forma como os campos funcionam e a natureza do seu impacto na região.

A política oficial do ACNUR é evitar o estabelecimento de campos de refu-

giados se existirem alternativas viáveis. É isto que menciona claramente o *Manual de Emergências* do ACNUR, sendo uma das primeiras regras a observar pelas equipas de resposta de emergência do ACNUR. Em muitas situações, é o governo de acolhimento que insiste no estabelecimento de campos de refugiados ou são os próprios refugiados que se aglomeram em grandes grupos, formando acampamentos que acabam por tomar a forma de campos de refugiados quando a assistência internacional entra em cena.

A preferência de muitos governos de acolhimento por campos de refugiados em vez da auto-instalação baseia-se usualmente em três factores: primeiro, as necessidades de segurança visadas; segundo, a organização do repatriamento; e terceiro, a capacidade de atrair a ajuda internacional através da visibilidade das instalações de refugiados. A este respeito, é legítimo e necessário questionar as motivações dos políticos que insistem na criação de campos de refugiados, especialmente quando existem oportunidades de auto-instalação. Simultaneamente e não obstante o Artigo 26º da Convenção de 1951 sobre o direito dos refugiados escolherem o seu local de residência e a liberdade de circulação, os especialistas em Direito reconheceram que os países de acolhimento têm o direito de alojar os refugiados em campos especiais ou em áreas designadas, desde que sejam respeitados os padrões mínimos de tratamento. Dadas as considerações políticas, económicas e jurídicas que sustentaram o estabelecimento de campos de refugiados, é pouco provável que a argumentação geral a favor da auto-instalação tenha um impacto significativo nas políticas de muitos países que acolhem refugiados.

Uma distinção ténue

A discussão sobre os campos de refugiados fez surgir um certo número de

questões importantes. Seja como for, na prática, os campos de refugiados e os refugiados auto-instalados raramente formam duas categorias perfeitamente distintas. Tirando as excepções, como os campos de detenção em Hong Kong nos anos 80, princípios dos anos 90, a maioria dos campos criados não mantêm os refugiados confinados ao seu perímetro. Pelo contrário, em muitas situações os refugiados podem movimentar-se livremente dentro e fora dos campos, aproveitar oportunidades de emprego remunerado, de comércio ou da agricultura no país de acolhimento ou visitar a sua terra, como muitos fazem antes do repatriamento. Uma vez fora das suas terras, os refugiados ponderam as perspectivas e fazem as suas opções entre os campos de refugiados e a comunidade circundante. Alguns membros da família podem viver nos campos, enquanto outros aproveitam as oportunidades fora deles. Isto significa que a demarcação entre as comunidades no interior dos campos e as comunidades das áreas circundantes é frequentemente ténue.

O debate entre os que são pró e os que são contra os campos de refugiados peca por diversas maneiras. Os campos de refugiados não são inerentemente locais perigosos ou desestabilizadores, nem a auto-instalação é sempre a melhor opção para os refugiados. O verdadeiro desafio que se coloca aos países de acolhimento, às organizações humanitárias e aos políticos é assegurar que os refugiados possam ter condições de vida dignas e seguras, independentemente de viverem ou não num campo de refugiados. Os campos podem cumprir bem os seus objectivos se for impedida a sua militarização, se prevalecer a regra do direito, se foram prestados cuidados adequados de saúde, educação e outros serviços essenciais, e se os refugiados tiverem a oportunidade de se auto-sustentarem. É visando estes fins que se devem orientar os esforços humanitários.

As relações do ACNUR com o governo somali eram afectadas por um “jogo de números”. Inicialmente, o governo somali afirmava haver 500.000 refugiados no país, ao passo que o ACNUR calculava serem apenas 80.000. Após um segundo influxo de refugiados, em 1981, os números do governo somali passaram para dois milhões, enquanto o ACNUR, outras agências das Nações Unidas e organizações não governamentais (ONG) estimavam que o número de refugiados se situava entre os 450.000 e os 620.000.¹ A população total da região de Ogaden tinha sido previamente calculada bastante abaixo de um milhão.

Após se frustrarem as tentativas do ACNUR para se efectuar um recenseamento credível, em 1982, as organizações das Nações Unidas concordaram com o governo somali num “número planificado” de 700.000 refugiados. Este passou a ser o número oficial de refugiados na Somália até 1985 e toda a assistência do ACNUR aos refugiados se baseava neste número. Isto apesar do ACNUR calcular que, em 1984, tinham sido repatriados para a Etiópia mais de 300.000 refugiados. A pressão dos Estados Unidos que tinha, na altura, os seus próprios interesses geopolíticos no apoio à Somália funcionava como factor para a aceitação continuada dos números inflacionados do governo somali por parte dos outros doadores ocidentais.

O governo somali beneficiou de muitas maneiras da assistência internacional que entrou no país ao longo desses anos. A assistência prestada por organizações como o ACNUR e o Programa Alimentar Mundial (PAM) visando satisfazer as necessidades dos refugiados fora apenas uma parte de toda a assistência facultada ao país. Esta assistência tinha um impacto significativo na economia da Somália no seu todo. De acordo com uma avaliação efectuada em meados dos anos 80, representava pelo menos um quarto do produto nacional bruto do país.²

Entre 1984 e 1986 houve mais influxos de refugiados para a Somália. Ao longo desse mesmo período, voltaram para a Etiópia muitos refugiados. No final dos anos 80, porém, face a um número cada vez maior de alegadas violações sistemáticas de direitos humanos cometidas pelo governo somali, verificou-se uma redução drástica do apoio militar dos EUA, tendo cessado completamente em 1989. Em Agosto de 1989, numa acção sem precedentes, o ACNUR e o PAM suspenderam a assistência no noroeste da Somália, após se malograrem repetidos esforços no sentido de assegurar que esta não fosse desviada. Dois anos mais tarde, o Presidente Barre foi derrubado e o país mergulhou num nível de violência, de fome e de deslocações de população como nunca antes acontecera [ver Caixa 10.3].

Refugiados etíopes no Sudão

Da Eritreia, que estava federada à Etiópia, mas vira, em 1962, o seu estatuto diminuído para o de província do norte da Etiópia, começaram a chegar ao Sudão os primeiros refugiados oficialmente reconhecidos já em 1967.³ Fugiam dos efeitos da luta armada pelo direito à autodeterminação que decorria desde o início dos anos 60. O ACNUR deu apoio criando o primeiro acampamento para estes refugiados no Sudão, em 1970.



Estes refugiados no Sudão fazem parte das centenas de milhares de etíopes que deixaram o seu país em meados dos anos 80 por causa da guerra e da fome. (ACNUR/M. VANAPPELGHEM/1985)

Também fugiram muitos refugiados de outras partes da Etiópia para o Sudão nos anos 70. A prolongada e sangrenta revolução que se seguiu ao derrube do autocrata Imperador Hailé Sélassié, em 1974, ficou conhecida no seu auge como o “terror vermelho”. A facção militar da ala esquerda que detinha o poder, conhecida como “Derg” matou e encarcerou milhares de opositores políticos, activistas sindicais e estudantes, provocando um êxodo contínuo de refugiados do país.

Em 1977, havia cerca de 200.000 refugiados eritreus no Sudão. Este número subiu rapidamente em 1978, quando o governo etíope que então recebia ajuda maciça dos soviéticos e fora reanimado pela recente vitória sobre a Somália, lançou uma grande ofensiva contra as forças de oposição na Eritreia. Um êxodo maciço elevou o número total de refugiados etíopes no Sudão para mais de 400.000 pelo final do ano, sendo a maioria proveniente da Eritreia.

Inicialmente, o governo sudanês e a população da parte oriental do país acolheram bem os refugiados. No entanto, à medida que aumentava o seu número, crescia o ressentimento local perante eles. Começaram a ser vistos como uma ameaça para a estabilidade da região oriental. Os combates no interior da Eritreia realizavam-se frequentemente perto da fronteira sudanesa ou mesmo em solo sudanês.⁴ Com o país

Caixa 5.2

Refugiados moçambicanos no Malaui: impacto nos países de acolhimento

Durante uma grande parte dos anos 80, os moçambicanos representaram a terceira maior população refugiada no mundo, depois dos palestinianos e dos afegãos. Fugiram do seu país no decurso de uma devastadora guerra que começou em 1976 e que só terminou em 1992. As consequências para os países vizinhos que receberam a grande maioria destes refugiados foram bastante além da concessão de protecção.

O conflito moçambicano começou pouco depois da independência do país em 1975. Quando Portugal abandonou precipitadamente as suas colónias africanas após a queda do regime em Lisboa, a Frente de Libertação de Moçambique - Frelimo, que desde 1964 travava uma guerrilha pouco intensa contra os portugueses, assumiu o poder em Moçambique. O conflito gerou-se entre o governo da Frelimo e a Resistência Nacional Moçambicana - Renamo, um grupo rebelde, criado e apoiado pelos governos de minoria branca da Rodésia e da África do Sul.

Conforme a guerra prosseguia, as forças da Renamo recorriam cada vez mais a táticas impiedosas visando controlar a população nas suas áreas de intervenção. Por onde passavam, aterrorizavam as pessoas com a morte, mutilações, violações e pilhagens. Como aumentavam as áreas sob o seu controlo, crescia o número de moçambicanos que fugiam. As forças da Frelimo também recorriam a medidas cada vez mais brutais, fazendo com que a Renamo adquirisse algum apoio popular.

A crise de refugiados atingiu o pico em 1992, numa altura em que cerca de 1,7

milhões de moçambicanos se refugiaram nos países vizinhos e outros tantos, pelo menos, se deslocaram internamente. Algumas das zonas abandonadas pelos refugiados ficaram praticamente despovoadas. Por exemplo, em vários distritos da província moçambicana de Tete, 90% da totalidade da sua população fugiu. Além de desenraizar um total aproximado de 5,7 milhões de pessoas entre 1976 e 1992, o conflito matou mais de um milhão de moçambicanos e deixou centenas de milhares de crianças órfãs.

Mas os moçambicanos não foram os únicos que sofreram as consequências do conflito. A população dos países que fazem fronteira com Moçambique também teve um preço a pagar, pois teve de partilhar os seus magros recursos, os serviços sociais e, por vezes, as suas terras com os refugiados. Estes países de acolhimento foram o Malaui, a África do Sul, a Suazilândia, a República Unida da Tanzânia, a Zâmbia e o Zimbabué.

O Malaui abriu as suas portas

O Malaui foi de longe o mais afectado de todos, sendo um país pequeno, pobre e densamente povoado, acolheu a fatia de leão dos que fugiram de Moçambique. No auge do êxodo, havia 1,1 milhões de refugiados, o equivalente a 10% da população do Malaui.

O Malaui estava mal preparado para lidar com um influxo tão grande de refugiados. Em meados dos anos 80, o Malaui era o sexto país mais pobre do mundo e um dos Estados de África menos desenvolvidos. Com 50 por cento de crianças subalimentadas, o país ocupava a quarta mais alta taxa de

mortalidade infantil do mundo. Apesar dos refugiados terem chegado a exceder em número os locais, numa proporção de três para dois nalgumas áreas, o acolhimento do Malaui raramente vacilou. Muitos dos primeiros refugiados, sendo etnicamente semelhantes à população do Malaui, instalaram-se lado a lado com a população local. Alguns conseguiram arranjar terra de cultivo, mas outros dependiam da ajuda internacional.

Durante a primeira década do conflito em Moçambique, o governo do Malaui que proporcionava cobertura de apoio à Renamo, resistiu ao envolvimento internacional no que se relaciona com os refugiados. Tentou satisfazer as suas necessidades através dos serviços e das estruturas governamentais existentes, dando-lhes acesso às clínicas locais, hospitais e aos seus limitados serviços sociais e de previdência. Depois, em 1986, no mesmo ano em que cedeu às pressões dos países vizinhos no sentido de acabar com o apoio à Renamo, o Malaui reconheceu a sua incapacidade em fazer frente ao influxo de refugiados e pediu ajuda ao ACNUR.

O ACNUR procurou, inicialmente, impulsionar os esforços governamentais, ajudando os refugiados através dos mecanismos existentes. O Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas (PAM) dava assistência, fornecendo ajuda alimentar. Porém, mesmo com esta ajuda, as instituições locais não conseguiam satisfazer adequadamente nem as

a enfrentar uma crescente crise económica, agravada por uma série de malogros agrícolas no Sudão oriental, o governo pediu assistência ao ACNUR.

O ACNUR colaborou de perto com as autoridades sudanesas com o fim de criar instalações para os refugiados. Em 1984, o número de refugiados etíopes elevava-se a cerca de 500.000. Destes, aproximadamente 128.000 estavam a viver em 23 acampamentos de refugiados. Os restantes instalaram-se espontaneamente nas cidades, nas aldeias e nas áreas fronteiriças. Inicialmente, o ACNUR tinha esperança que as activi-

necessidades dos refugiados, nem da população local. Como o número de refugiados crescera rapidamente em 1987, o Malauí pediu ao ACNUR para criar campos de refugiados, dando instruções a todos os novos refugiados para se mudarem para lá. O governo também punha objecções a que a população local concedesse terra agrícola aos refugiados. Provavelmente, ficaram instalados em campos de refugiados mais de dois terços do total de 1,1 milhões de refugiados que fugiram para o Malauí.

Embora o alojamento em campos de refugiados tornasse as coisas mais fáceis para o ACNUR, para o PAM e outras organizações de assistência aos refugiados, a prestação de cuidados básicos e a sua manutenção continuavam a ser uma tarefa árdua. O interior do Malauí caracterizava-se por um precário sistema rodoviário e os camiões eram escassos. Muitos dos campos de refugiados situavam-se em áreas só acessíveis por estradas de terra batida, impróprias para veículos pesados. O tráfego deteriorou gravemente as estradas e as pontes. As organizações de ajuda de emergência alugaram muitos dos camiões disponíveis no Malauí para distribuição de alimentos, tornando difícil para os agricultores e comerciantes locais o transporte das suas próprias mercadorias. O ACNUR e o PAM tinham problemas em manter stocks de segurança devido ao deficiente sistema de transporte e às inadequadas condições de armazenamento. O resultado traduziu-se em rupturas no abastecimento alimentar e num preocupante aumento das taxas de subnutrição entre os refugiados.

Apesar da maior parte dos refugiados não ter acesso à terra, descobriu formas de gerar rendimento. Mais de 90% dos refugiados estava envolvido em actividades económicas, a fabricar e vender utensílios, pilar milho, criar e vender animais domésticos e fabricar cerveja. Muitos também vendiam e trocavam parte das suas rações a fim de adquirir bens essenciais como carne, legumes frescos e sabão. Os refugiados mais pobres, alguns dos quais nem possuíam cartões de racionamento, sobreviviam cortando lenha. O corte de árvores em larga escala no interior do Malauí levou a um tal nível de desflorestamento cujos efeitos adversos no ambiente no Malauí ainda hoje se fazem sentir.

A ausência de conflito aberto entre a população local e os refugiados era notável, dado o espaço de tempo que aí permaneceram e a dimensão da população refugiada. Porém, em 1992, a longa permanência dos refugiados no Malauí já começava a afectar as relações com a população local. Os problemas incidiam no impacto da sua presença na economia, nas consequências ambientais, como o desflorestamento, o crime e outros problemas sociais. A seca que afectou a maior parte da região em 1992, princípios de 1993, veio agravar a situação. Embora a ajuda destinada aos refugiados fosse partilhada com a população local afectada pela seca, os roubos aos armazéns e centros de distribuição alimentar aumentavam. Os poços nalguns campos de refugiados secaram, provocando problemas sanitários e um surto de cólera que se propagou pela população local.

Custos ocultos

Consequências deste tipo representam os custos ocultos suportados pelos países que acolhem grandes populações refugiadas, especialmente se esses países figuram entre os mais pobres do mundo. Os refugiados podem ter um impacto positivo nos países de acolhimento, mas, em determinados casos, a sua presença pode também implicar consequências nefastas de longo alcance. A economia e o ambiente locais, bem como o equilíbrio sócio-político local, tudo pode ser afectado. Podem também ter sérias implicações na paz e na segurança aos níveis nacional, regional e internacional.

Os esforços para o desenvolvimento nos países de acolhimento podem ser minados e distorcidos pela presença dos refugiados que pesa nas provisões e serviços locais. As autoridades locais muitas vezes vêm-se obrigadas a desviar verbas de projectos de desenvolvimento mais amplo, a fim de satisfazerem as necessidades imediatas dos refugiados em alimentação, abrigo e segurança. No Malauí, num estudo patrocinado pelo Banco Mundial chegou-se à conclusão que, mesmo tendo em conta a ajuda internacional prestada através do ACNUR, foram despendidos cerca de 25 milhões de dólares EUA de fundos públicos em assistência relacionada com os refugiados entre 1988 e 1990, os quais foram desviados de outros projectos.

dades agrícolas e as oportunidades de emprego em grandes unidades agrícolas mecanizadas habilitassem os refugiados a tornarem-se auto-suficientes. Contudo, cedo se revelaria evidente que isso seria difícil. Um relatório do ACNUR escrito na época assinala: “Só um punhado de acampamentos é que dispõe de terra e de recursos hídricos suficientes para que o conceito de auto-suficiência se afigure realista.”⁵

Os combates entre as forças governamentais etíopes e grupos da oposição armada eritreia, bem como entre as facções rivais eritreias, continuavam a provocar um fluxo

de refugiados da Eritreia para o Sudão. Mas despontava uma outra grande crise, desta vez na região Tigré da Eritreia, que iria saldar-se num influxo ainda maior de etíopes para o Sudão, exercendo maior pressão sobre o país e submetendo o ACNUR a um dos maiores desafios com que até então se defrontara.

A fome na Etiópia e novos fluxos de refugiados

Em 1984, a fome grassava na Etiópia, dando lugar a uma das crises humanitárias mais amplamente divulgada dos últimos tempos. Como um escritor referiu, “a fome no norte da Etiópia que se tornou manchete mundial em 1984, provocou um terramoto no mundo humanitário”.⁶ Calcula-se em um milhão o número de etíopes que morreu em consequência da fome.⁷ Apesar de globalmente a fome ser entendida como induzida pela seca, a realidade era bastante mais complexa. Foi descrita nos seguintes termos por um analista:

A seca e o malogro das colheitas contribuíram para a fome, mas não foram a sua causa. As políticas económicas e agrícolas do governo [etíope] também contribuíram, mas não foram determinantes. A principal causa da fome foi a campanha de contra-ofensiva do exército e da força aérea etíopes no Tigré e em Wollo durante os anos de 1980-85 ... [que consistia em] táticas de terra queimada, requisição de alimentos para o exército, bloqueios alimentares e cerco das populações ... e racionamento alimentar obrigatório.⁸

O governo etíope autorizava os governos doadores e as organizações internacionais a trazer auxílio de emergência para o país, mas impedia-os de prestar assistência às vítimas da fome em áreas sob o controlo dos eritreus e dos grupos armados da oposição tigrina. Como consequência, as organizações humanitárias na Etiópia não conseguiam dar assistência às populações nas áreas mais directamente afectadas pela fome. A partir do princípio dos anos 80, um consórcio de ONG, operando a partir do Sudão, começou a tentar fornecer alimentos às pessoas em áreas controladas pelos grupos armados oposicionistas na Eritreia e no Tigré. Distribuíam provisões nestas áreas em operações clandestinas, nocturnas, atravessando a fronteira a partir do Sudão. Na altura, isto era visto como uma forma de acção humanitária extremamente radical.

Contudo, as operações atravessando a fronteira através do Sudão não conseguiam satisfazer as necessidades das populações nas áreas afectadas pela fome e centenas de milhar de pessoas desesperadas não tinham outra opção senão deslocarem-se para as zonas controladas pelo governo. Outras resistiam, principalmente com medo de serem detidas ou de serem capturadas e forçadas à recolocação pelo governo etíope. O resultado saldou-se num êxodo maciço de etíopes sobretudo para o Sudão, mas também para a Somália e para o Djibuti.

Entre Outubro de 1984 e Março de 1985, chegaram ao Sudão cerca de 300.000 refugiados etíopes. A maioria dos refugiados era do Tigré, mas saíram da Etiópia numa movimentação cuidadosamente organizada pela *Relief Society of Tigré* (REST), que no fundo era o braço civil da Frente de Libertação do Povo Tigrino (FLPT). A REST anunciou que se não fosse prestada assistência alimentar no interior do Tigré, não poderia reter a sua população no local.

Embora alguns observadores argumentassem que estes recém-chegados fugiam sobretudo da fome e não do conflito, o ACNUR considerou-os refugiados. Nos finais de 1983, a possibilidade de um influxo significativo já tinha sido considerada e o alarme já tinha soado. Quando finalmente isso acontece, um ano depois, a dimensão e rapidez da chegada dos refugiados ao Sudão era muito maior do que se esperava. Muitos encontravam-se em condições físicas tão precárias que a ajuda chegou tarde de mais. Nos campos de refugiados, implantados muito rapidamente, as condições inicialmente eram precárias e a taxa de mortalidade muito elevada. Muitos morriam de doenças relacionadas com a má nutrição e surtos graves de sarampo mataram muitas crianças.

Ao mesmo tempo, como os etíopes estavam a entrar no Sudão vindos da região do Tigré, a fome - agravada pelo conflito - na região eritreia da Etiópia, causava mais um influxo de pessoas para o Sudão. Estas pessoas ficavam em campos que já abrigavam eritreus. Em Wad Sherife, um campo construído para alojar 5.000 refugiados, tornou-se rapidamente no lar de 128.000 pessoas, sendo um dos maiores campos de refugiados do mundo.⁹ O ACNUR e as ONG suas parceiras lutavam para alojar os recém-chegados no campo e para construir mais armazéns, centros de assistência médica e refeitórios.

O ACNUR e organizações humanitárias internacionais, assim como os governos e outros doadores, mobilizaram pontes aéreas de distribuição de alimentos e outras provisões, e enviaram equipas médicas e de voluntários. No Ocidente, músicos e outros artistas liderados por Bob Geldof contribuíram fortemente para os esforços de angariação de fundos, nomeadamente, a *Live Aid* e a *Band Aid* que juntaram milhões de dólares a favor das vítimas da fome, não apenas na Etiópia e no Sudão mas também em toda a África Subsaariana. Em 1985, os doadores ofereceram 76 milhões de dólares EUA para um programa do ACNUR só para o Sudão - um montante igual ao orçamento total da organização apenas 10 anos antes.¹⁰

No princípio de 1986, o ACNUR registava: "A mobilização internacional produziu resultados e a situação [no Sudão] melhorou consideravelmente ... As imagens intoleráveis de crianças esqueléticas e de mulheres e homens com ar desamparado ... já pertencem ao passado."¹¹ Em Maio de 1985 voltava a estação das chuvas à Etiópia e a FLPT incentivava a população a voltar. Em meados de 1987, tinham regressado mais de 170.000 pessoas. Contudo, ao contrário dos tigrinos, a maior parte dos eritreus que foram para o Sudão em 1984 e 1985 não regressou. Mais, os combates e a continuação da fome na Eritreia originaram novos influxos de eritreus para o Sudão.

Durante os anos 80, a Etiópia não só gerava como também acolhia grande número de refugiados. A partir de 1983, quando a guerra rebentou novamente no sul do Sudão entre o Exército de Libertação do Povo do Sudão (ELPS) e as forças governamentais, ocorreram grandes deslocações. No final da década tinham fugido para a região de Gambela na Etiópia mais de 350.000 sudaneses do sul. O ACNUR auxiliou o governo etíope a satisfazer as necessidades destes refugiados, apesar de lhes ser muitas vezes restringido o acesso aos acampamentos, que serviam de apoio ao ELPS. Em 1987-88, também fugiram para a Etiópia cerca de 365.000 somalis para escapar

aos combates entre as forças do governo somali e os rebeldes que lutavam pela independência do noroeste da Somália. Estes refugiados estavam alojados em grandes acampamentos na área de Hartisheikh. O ACNUR coordenava a assistência internacional a estes campos de refugiados.

O desmembramento da União Soviética e o fim da Guerra Fria também assinalaram o fim do regime marxista do Presidente Mengistu na Etiópia. Em Maio de 1991, a FLPE controlava Asmara, a principal cidade eritreia, pondo termo à mais longa guerra civil de África e preparando o caminho para a independência da Eritreia em 1993. Menos de uma semana após a captura de Asmara, as forças lideradas pelo ELPS entraram na capital etíope, Addis Abeba, o exército etíope desmoronou-se e o Presidente Mengistu foi destituído.

Refugiados afegãos no Paquistão e no Irão

O Afeganistão - um dos países mais pobres e menos desenvolvidos do mundo - também gerou movimentos maciços de refugiados durante os anos 80. Embora os conflitos que levaram a estes movimentos tivessem raízes locais, a enorme dimensão dos fluxos deveu-se em grande medida ao forte envolvimento das superpotências nesta região estrategicamente importante.

A crise começou em Abril de 1978, quando um grupo de intelectuais liderados por Nur Mohammad Taraki se apoderou do poder, tentando implantar um Estado comunista. Introduziram grandes reformas sociais que pretendiam beneficiar as populações rurais, mas que estas, sendo profundamente tradicionalistas, rejeitavam. A oposição, tanto política como militar, propagou-se rapidamente. O regime, que recebia apoio militar substancial por parte da União Soviética, reagiu duramente. Como escreveu um autor:

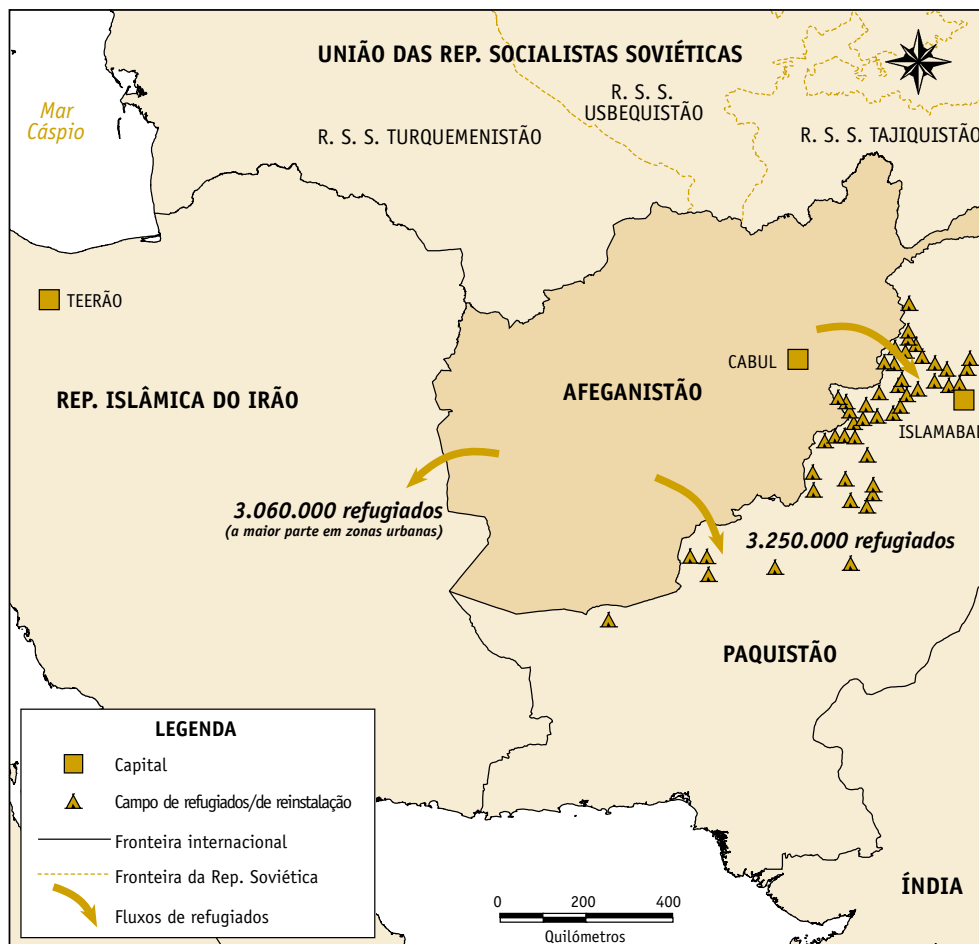
As elites religiosas, políticas e intelectuais foram para a prisão ou executadas; ataques terrestres e bombardeamentos aéreos destruíram aldeias e mataram inúmeros elementos da população rural. Calcula-se que desapareceram ou foram eliminadas entre 50.000 e 100.000 pessoas ... de Abril de 1978 a Dezembro de 1979.¹²

No espaço de meses, os afegãos começaram a fugir para os vizinhos Paquistão e Irão. Apesar da pressão exercida pelos governos afegão e soviético para expulsar os refugiados, o governo do Paquistão acolheu-os.¹³ Em Agosto de 1978, tinham procurado refúgio no Paquistão cerca de 3.000 pessoas; no início de 1979 este número já ultrapassava os 20.000.

Quando os refugiados começaram a chegar ao Paquistão, o ACNUR não tinha representação no país. Por isso, os refugiados pediam ajuda ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Por sua vez, o PNUD pedia apoio financeiro ao ACNUR para prestar assistência temporária aos casos mais carenciados.¹⁴ Posteriormente, em Abril, o governo do Paquistão pediu formalmente assistência ao

Principais fluxos de refugiados afegãos

Mapa 5.2



ACNUR.¹⁵ No seguimento de duas missões de avaliação efectuadas no Paquistão, o ACNUR atribuiu mais 15 milhões de dólares EUA para assistência aos refugiados e, em Outubro de 1979, abriu uma delegação em Islamabad.¹⁶

Entretanto, no Afeganistão, a oposição armada ganhava terreno contra o governo comunista. No final de Dezembro de 1979, a União Soviética, receando a perda de um importante aliado na sua fronteira sul, invadiu o Afeganistão, espoletando um êxodo maciço de refugiados. No espaço de semanas, fugiram para o Paquistão e para o Irão 600.000 afegãos. Os refugiados continuaram a fugir do Afeganistão ao longo de toda a década. Em Dezembro de 1990, o ACNUR estimava em mais de 6,3 milhões o número de refugiados afegãos nos países vizinhos, nomeadamente 3,3 milhões no Paquistão e 3 milhões no Irão. Por esta altura, os afegãos constituíam a maior população refugiada no mundo.

Disparidades na assistência aos refugiados no Paquistão e no Irão

A situação dos refugiados afegãos no Paquistão contrastava enormemente com a dos refugiados afegãos no Irão. No Paquistão, os refugiados eram principalmente de etnia pashtun e procuraram refúgio sobretudo em zonas do Paquistão onde essa etnia era predominante. Foram implantadas mais de 300 “aldeias de refugiados” pelo ACNUR, nas quais vivia a maioria dos refugiados. Contrariamente, no Irão, a maior parte dos refugiados afegãos era de etnia tajique, usbeque e hazara, havendo apenas um pequeno número de pashtuns. Destes, só relativamente poucos é que estavam alojados em campos de refugiados. A maior parte espalhou-se pelas cidades e localidades do país, vivendo no seio da comunidade local. Muitos conseguiram arranjar trabalho, o que se deveu em parte ao facto de muitos iranianos terem sido recrutados para combater na guerra contra o Iraque que começara em Setembro de 1980.

O nível da assistência internacional a favor dos refugiados no Paquistão e no Irão era também significativamente diferente. Enquanto para a assistência aos refugiados afegãos no Paquistão os doadores contribuíram generosamente durante os anos 80, para os afegãos no Irão pouco disponibilizavam - apesar de, na altura, os refugiados afegãos no Irão constituírem uma das maiores populações refugiadas do mundo.

Inicialmente, o governo iraniano absteve-se de pedir assistência internacional para os refugiados. Devido à revolução islâmica de 1979, as relações entre o novo governo islâmico e os Estados Ocidentais tinham-se extremado. Acrescente-se que o assalto à embaixada dos EUA em Teerão, em Novembro de 1979, em que estudantes radicais capturaram dezenas de reféns norte-americanos, tinha ocorrido exactamente um mês antes da invasão soviética do Afeganistão. A tensão daí resultante entre o Irão e as potências ocidentais pode ter sido um factor que pesou na decisão do Irão de não procurar ajuda internacional - ou aquilo que entendia como ajuda “ocidental”.

A situação no Irão mudou em 1980, em grande medida devido à guerra com o Iraque, que começara nesse ano. A guerra gerou um novo influxo de refugiados, desta vez iraquianos chiitas, exercendo ainda uma maior pressão sobre o Irão. Dois meses depois, o governo iraniano pediu oficialmente a assistência do ACNUR. O representante do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Irão escreveu ao Alto Comissário Poul Hartling: “Acolhemos dezenas de milhar de refugiados desses dois países e prestámo-lhes assistência ... com os nossos próprios recursos financeiros.” Acrescentava que o Irão não possuía meios para continuar a dar uma assistência adequada aos refugiados e pedia ao ACNUR para “criar um programa integrado de assistência humanitária a favor das pessoas inocentes que ... deveriam ser tratadas da mesma maneira que todos os outros refugiados.”¹⁷

Contudo, a assistência internacional ao Irão não se concretizava e o ACNUR debatia-se com a disparidade da resposta internacional às crises de refugiados no Paquistão e no Irão. Num memorando interno do ACNUR registava-se em Junho de 1981: “Após um ano e meio sem assistência externa e muitas vezes sem trabalho, [os refugiados afegãos no Irão estão numa situação muito difícil ... não podemos continuar a

População afegã refugiada por país de asilo, 1979–99

Figura 5.2

Ano	Países de asilo					Total
	Paquistão	Irão	Índia	Fed. Russa ^a	Outros ^b	
1979	402.000	100.000	–	–	–	502.000
1980	1.428.000	300.000	–	–	–	1.728.000
1981	2.375.000	1.500.000	2.700	–	–	3.877.700
1982	2.877.000	1.500.000	3.400	–	–	4.380.400
1983	2.873.000	1.700.000	5.300	–	–	4.578.300
1984	2.500.000	1.800.000	5.900	–	–	4.305.900
1985	2.730.000	1.880.000	5.700	–	–	4.615.700
1986	2.878.000	2.190.000	5.500	–	–	5.073.500
1987	3.156.000	2.350.000	5.200	–	–	5.511.200
1988	3.255.000	2.350.000	4.900	–	–	5.609.900
1989	3.272.000	2.350.000	8.500	–	–	5.630.500
1990	3.253.000	3.061.000	11.900	–	–	6.325.900
1991	3.098.000	3.187.000	9.800	–	–	6.294.800
1992	1.627.000	2.901.000	11.000	8.800	3.000	4.550.800
1993	1.477.000	1.850.000	24.400	24.900	11.900	3.388.200
1994	1.053.000	1.623.000	22.400	28.300	12.300	2.739.000
1995	1.200.000	1.429.000	19.900	18.300	9.700	2.676.900
1996	1.200.000	1.415.000	18.600	20.400	10.700	2.664.700
1997	1.200.000	1.412.000	17.500	21.700	12.500	2.663.700
1998	1.200.000	1.401.000	16.100	8.700	8.400	2.634.200
1999	1.200.000	1.325.700	14.500	12.600	10.000	2.562.800

Notas:

Dados de 31 de Dezembro de cada ano indicado.

^a Requerentes de asilo registados somente pelo ACNUR. No final de 1999, de acordo com o ACNUR, mais 100.000 afegãos tinham necessidade de protecção.

^b Cazaquistão, Quirguizistão, Tajiquistão, Turquemenistão e Usbequistão.

fechar os olhos perante as necessidades óbvias dos refugiados afegãos no Irão, que se encontram em situação idêntica aos que estão no Paquistão ou na Índia, e que são refugiados *prima facie* ao abrigo do nosso mandato, como confirmou a Divisão de Protecção.”¹⁸ Apesar do ACNUR ter acabado por obter alguns fundos destinados aos refugiados afegãos no Irão, a disparidade de despesas entre o Paquistão e o Irão ao longo dos anos 80 e 90 continuou a ser substancial. Entre 1979 e 1997, o ACNUR gastou mais de mil milhões de dólares EUA com os refugiados afegãos no Paquistão

contra apenas 150 milhões para os que se refugiaram no Irão.

No Paquistão, o ACNUR - assim como outras organizações das Nações Unidas, governos a nível individual e dezenas de organizações não governamentais internacionais - forneceu alimentação, água, cuidados de saúde, condições sanitárias e educação. A proliferação de ONG, que teve início nos anos 70 no Sudeste Asiático continuava no Paquistão. No final dos anos 80, havia mais de 100 ONG internacionais envolvidas na operação de assistência no Paquistão. Entre elas havia muitas ONG muçulmanas que, pela primeira vez, trabalhavam em estreita colaboração com o ACNUR. O ACNUR pagava o salário a mais de 6.500 trabalhadores locais, muitos dos quais admitidos pelo Comissariado Paquistanês para os Refugiados Afegãos.¹⁹

Por razões políticas internas, o governo paquistanês não oferecia terra de cultivo aos refugiados, na sua maioria provenientes de zonas rurais. Os refugiados podiam, no entanto, circular livremente pelo país e isso contribuiu para que muitos arranjassem trabalho. Em meados dos anos 80, o ACNUR introduziu uma série de programas, nomeadamente esquemas de pequenos financiamentos, reciclagem profissional e projectos de construção para possibilitar emprego e habilitações, ajudando assim os refugiados a tornarem-se mais auto-suficientes. Contudo, muitos destes programas terminaram perante a insistência do governo paquistanês que argumentava que, dado não existirem programas semelhantes para a população local, esse tipo de acções poderia provocar tensões entre a população local e os refugiados.

A partir de 1984, o ACNUR e o Banco Mundial elaboraram um projecto conjunto em cooperação com o governo paquistanês, conhecido como Projecto Gerador de Rendimentos para as Áreas de Refugiados, no qual foram investidos ao longo dos 12 anos seguintes 85 milhões de dólares EUA, envolvendo cerca de 300 projectos em três províncias afectadas por refugiados. Incluíam rearborização, gestão hidrográfica, irrigação, reparação e construção de estradas. Na generalidade, o programa foi considerado como tendo um impacto significativo e positivo.²⁰ Estes projectos e a possibilidade de trabalhar fora das aldeias dos refugiados ajudaram muitos deles a tornarem-se auto-suficientes nos finais dos anos 80.

No Irão, foi criado um projecto similar no final dos anos 80, na área florestal de Khorasan Sul. Desta vez tratava-se de um projecto conjunto entre o ACNUR e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), realizado em colaboração com o governo iraniano. Porém, tal como aconteceu com outros projectos no Irão, os doadores revelaram-se menos dispostos a financiar o projecto. Dos 18 milhões de dólares EUA inicialmente solicitados pelo ACNUR e pelo FIDA para este projecto, só foi disponibilizado um terço ao longo dos cinco primeiros anos.

Outra das grandes diferenças entre os serviços prestados aos refugiados no Paquistão e os que se encontravam no Irão residia no campo da educação. No Paquistão, muitos rapazes recebiam educação nas escolas financiadas pelo ACNUR nas aldeias de refugiados, embora houvesse poucas raparigas devido a práticas culturais discriminatórias que lhes tornava difícil a frequência destas escolas. Também um número significativo de rapazes teve aulas em *madrásas* privadas (escolas religiosas), sem a colaboração do ACNUR. Em meados dos anos 90, alguns dos rapazes que cresce-

ram no Paquistão enquanto refugiados e que frequentaram as *madrassas* tornaram-se líderes do movimento islâmico Taliban que detinha o poder no Afeganistão. No Irão, pelo contrário, as crianças refugiadas frequentavam as escolas iranianas, tendo as raparigas um acesso muito maior à educação. Durante os anos 90, quando o repatriamento para o Afeganistão começou a ser efectivo, o acesso das raparigas à educação era frequentemente invocado pelos refugiados como uma das razões para não quererem regressar ao Afeganistão, onde esta prática era proibida pelos Talibans.

Problemas de segurança no Paquistão

No decorrer dos anos 80, o uso das aldeias de refugiados no Paquistão como bases de apoio a vários grupos islâmicos da resistência armada afegã - conhecidos no seu todo como mudjahedin - era motivo de grande preocupação para o ACNUR. Os Estados Unidos, os seus aliados e vários países islâmicos forneciam aos mudjahedin uma vasta assistência militar e financeira. Calcula-se que só os Estados Unidos lhes tenham facultado ajuda num valor superior a 2 mil milhões de dólares EUA entre 1982 e 1991.²¹ Uma vez que apoiavam os mudjahedin na luta contra o regime de Cabul, apoiado pelos soviéticos, muitos doadores fechavam os olhos à presença de combatentes armados nas aldeias de refugiados. Estavam também dispostos a tolerar desvios significativos da ajuda humanitária para propósitos militares. Isso fez com que, na altura, alguns observadores descrevessem as aldeias de refugiados como “comunidades de refugiados guerreiros”.²²

Em 1984, como a situação se deteriorava em muitas aldeias de refugiados, o ACNUR procurou formas de transferir os refugiados da fronteira, não só para os proteger dos ataques das forças governamentais soviéticas ou afegãs, como também para minimizar a capacidade dos revoltosos usarem as aldeias de refugiados como bases. Por esta altura, o armamento anti-aéreo e outras armas pesadas eram comuns em muitas aldeias de refugiados. Em Julho de 1984, o Director de Protecção Internacional do ACNUR sugeriu que a Organização pusesse termo à assistência em aldeias que nada faziam para impedir tal militarização: “A preservação do carácter civil das aldeias de refugiados assistidas pelo ACNUR é essencial para salvaguardar o carácter apolítico e humanitário da Organização ... Nos casos em que não se proceda à acção correctiva necessária [retirada do armamento], somos a favor da cessação da assistência do ACNUR às aldeias em causa.”²³ Apelava ao pessoal do ACNUR no terreno para enviar “todos os esforços para incentivarem os refugiados ... a mudar para locais alternativos adequados, para sua própria segurança”, mas avisava que seria “insensato e contraproducente recorrer a qualquer forma de coacção”.²⁴

Os receios do ACNUR pela segurança dos refugiados revelaram-se fundados. Em meados de 1984, as forças governamentais soviéticas e afegãs efectuaram uma série de ataques a partir do Afeganistão, junto à fronteira com o Paquistão, em que morreram ou ficaram feridos muitos refugiados. Posteriormente, em 1986 e 1987, mais ataques vitimaram centenas de outros. As forças governamentais soviéticas e afegãs também atacaram civis paquistaneses, crispando as tensões existentes entre a popu-

lação local e os refugiados. No final de 1986, aparentemente para acalmar os ânimos da população local, as autoridades paquistanesas efectuaram rusgas em que apanharam mais de 50.000 afegãos que viviam sem autorização na cidade de Peshawar e mandaram-nos de volta para as respectivas aldeias de refugiados.

Por essa altura, as autoridades paquistanesas tomaram outras medidas severas que visavam reunir os refugiados, sobretudo por razões de segurança. Num incidente em Karachi, a maior cidade paquistanesa, as autoridades locais capturaram mais de 18.500 refugiados afegãos de etnia tajique, usbeque e de origem turca, destruindo os seus abrigos provisórios e retirando-os da cidade. Foram enviados para um local a

Principais fluxos de refugiados na América Central durante a década de 80

Mapa 5.3



Caixa 5.3**A Declaração de Cartagena de 1984**

Em Novembro de 1984, em resposta à crise de refugiados na América Central, um grupo de representantes de governo, académicos e juristas da América Central, do México e do Panamá reuniram-se em Cartagena, na Colômbia, e adoptaram o que ficaria conhecido como a Declaração de Cartagena sobre Refugiados. A Declaração de Cartagena assenta sobre a Convenção de 1951 das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados. Tal como a Convenção de 1969 da Organização de Unidade Africana, a Declaração alarga a definição de refugiado constante na Convenção de 1951 das Nações Unidas, abrangendo as pessoas que fogem do seu país.

... porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação sistemática dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.

Embora a Declaração não seja legalmente vinculativa para os Estados, tem sido repetidamente referida pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos. A maioria dos Estados da América Central e América Latina são partes da Convenção de 1951 das Nações Unidas ou do Protocolo e, na sua maioria, aplicam, na prática, a definição mais lata de refugiado constante na Declaração de Cartagena. Alguns incorporaram esta definição na própria legislação nacional.

cerca de 10 quilómetros de distância, onde foi construída uma nova aldeia. Na altura, o ACNUR denunciara a forma como estes refugiados foram tratados mas, no fim de contas, a Organização forneceu mais de 400.000 dólares EUA para ajudar a criar as infra-estruturas essenciais na aldeia.

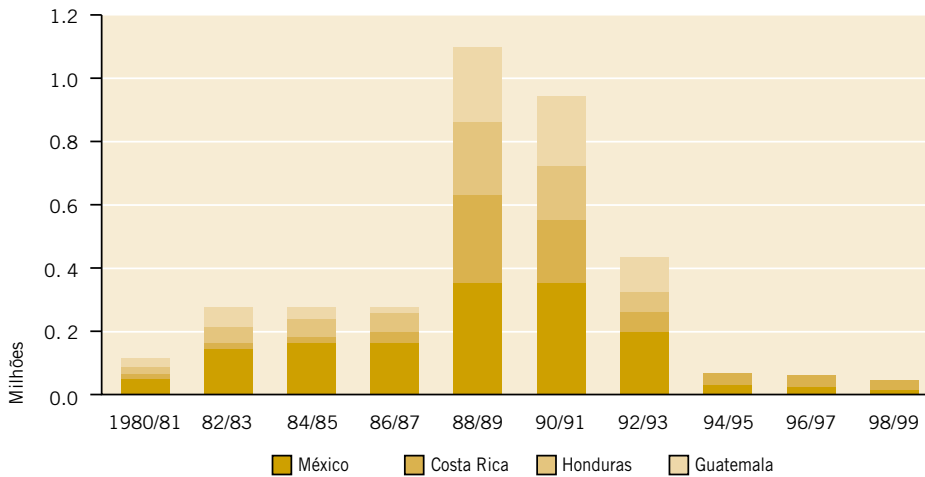
Entretanto, mais perto da fronteira, as preocupações do ACNUR no que se refere à segurança dos refugiados não resultaram em medidas concretas para a desmilitarização das aldeias de refugiados. Os mujahedin continuaram a movimentar-se dentro e fora das aldeias durante os anos 80. As forças soviéticas retiraram finalmente do Afeganistão em 1989, mas a guerra continuou entre os mujahedin e o regime comunista de Cabul. Depois dos mujahedin terem tomado o controlo em 1992, os combates prosseguiram em diferentes partes do país entre várias facções dos próprios mujahedin. Muitas destas facções operavam a partir de bases no Paquistão e os problemas de segurança nas aldeias de refugiados continuavam.

Deslocações maciças na América Central

Durante os anos 80, o ACNUR esteve também envolvido, pela primeira vez, na América Central - no palco de três guerras civis na Nicarágua, em El Salvador e na Guatemala. Em cada um dos casos, a insurreição e contra-insurreição causou grande perda de vidas e deslocações em larga escala. Ao todo, foram desenraizadas mais de

Principais populações refugiadas na América Central e México, 1980–99

Figura 5.3



dois milhões de pessoas nestes países. Durante as décadas que antecederam os anos 80, tiveram lugar violentas lutas em toda a região entre os pobres sem terra, que queriam a reforma agrária e social, e as elites detentoras da terra, que eram apoiadas pelos militares. As sucessivas administrações dos EUA apoiaram governos de direita na região num esforço para estancar o que era encarado como um avanço do comunismo perto das fronteiras dos EUA e também para salvaguardar os seus próprios interesses económicos na região. Os movimentos rebeldes que surgiram na região eram influenciados e, em certa medida, apoiados pelo regime comunista de Cuba.

Na Nicarágua, os Estados Unidos apoiaram o regime de Somoza ao longo de três gerações. Durante os anos 70, os partidos políticos, os estudantes, os sindicatos e muitos elementos da classe média e da Igreja Católica viraram-se contra o último destes ditadores, Anastasio Somoza Dabayle. A ala esquerda da Frente Sandinista de Libertação Nacional - FSLN realizou avanços significativos e, em Julho de 1979, Somoza fugiu, deixando o país sob o domínio dos sandinistas.

No espaço de semanas, muitas pessoas abastadas e da classe média nicaraguana, bem como milhares de membros do governo de Somoza e das forças armadas abandonaram o país. Entretanto, a maior parte dos nicaraguanos que estavam exilados começaram a regressar.²⁵ Alguns dos nicaraguanos que fugiram para as Honduras formaram um grupo armado opositor conhecido como “contras” (nome abreviado da expressão em espanhol *contrarevolucionarios*). No decurso da guerra durante os anos 80, os Estados Unidos, que viam o governo sandinista na Nicarágua como uma ameaça aos seus interesses, forneceram apoio considerável aos “contras”.

Em El Salvador, um país atormentado por frequentes golpes e violência política desde a independência, os grupos rebeldes, apesar de fragmentados, também se afirmaram durante os anos 70. Frequentemente incentivados pelo clero da igreja católica,

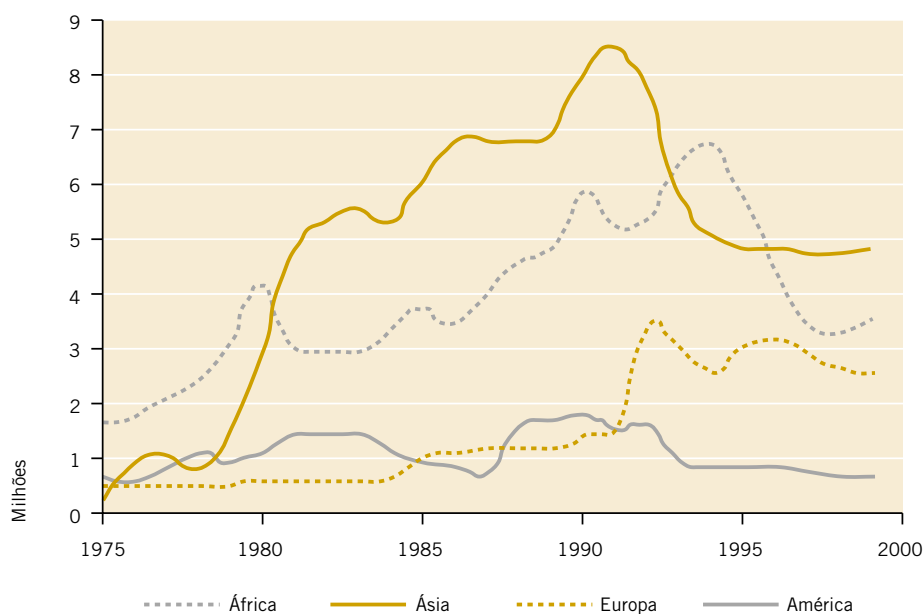
milhares de camponeses aderiram a organizações que exigiam a reforma agrária e uma maior justiça social. O governo reagiu com maior repressão, tendo ocorrido milhares de assassinatos políticos.

Em vez de debelarem as divergências, estes ataques incentivavam um maior apoio aos revoltosos, em particular nas zonas rurais. Em Janeiro de 1981, um conjunto de grupos da oposição uniram-se para formar a Frente Farabundo Marti para a Libertação Nacional - FMLN. A FMLN implantou-se em muitas áreas com uma forte presença militar e tornou-se uma importante força política, tanto a nível interno como no exterior. Em resposta, os Estados Unidos aumentaram a ajuda militar ao governo de El Salvador, envolvendo-se mais directamente na campanha das forças armadas salvadorenhas contra a FMLN. O conflito entre os militares salvadorenhos e a FMLN continuou ao longo dos anos 80.

Na Guatemala, os grupos rebeldes também se levantaram nos anos 70 contra o regime militar. Estes grupos gozavam do apoio da maioria da população indígena do país que, embora sendo maioritária, estava excluída do sistema económico e político da Guatemala. No final de 1981, os militares iniciaram uma campanha de contra-insurreição de 18 meses que tinha como alvo não só os guerrilheiros, mas também as comunidades indígenas que eram vistas como bases de apoio aos rebeldes. Morreram ou desapareceram dezenas de milhar de civis, sobretudo entre a população indígena.²⁶

Número de refugiados pelas principais regiões de asilo, 1975–2000*

Figura 5.4



* Não inclui os refugiados palestinos, os quais recebem assistência do "Organismo das Nações Unidas das Obras Públicas e Socorro aos Refugiados do Próximo Oriente" (UNRWA).

Caixa 5.4

O Chile sob o General Pinochet

Ao contrário de muitos outros países da América Latina, o Chile não tinha, até 1973, tradição de intervenções militares na política. Era visto como sendo uma das democracias mais estáveis no Continente. Não obstante, em 11 de Setembro de 1973, o General Augusto Pinochet lançou um ataque armado contra o governo democraticamente eleito do Presidente Salvador Allende. O golpe fez-se rapidamente acompanhar de repressão a actividades políticas legítimas e da detenção maciça de milhares de apoiantes do anterior governo socialista. Foi decretado “estado de sítio” em todo o país.

A tortura, os desaparecimentos e a morte generalizaram-se, especialmente nos primeiros meses da junta militar. Calcula-se que mais de 4.000 pessoas tenham sido mortas e cerca de 60.000 detidas, ainda que a maioria tenha ficado detida por pouco tempo. O Parlamento foi encerrado e efectuados saneamentos de pessoas suspeitas de simpatizarem com a esquerda. Um relatório do ACNUR dessa altura comparava a situação com a do período fascista na Europa nos anos 30.¹

Refugiados ainda no Chile

O golpe chileno e as consequências daí advindas expuseram o ACNUR a enormes desafios. O Chile já era abrigo para muitos milhares de refugiados e exilados políticos que aí tinham procurado refúgio nos anos prece-dentes. O seu número tinha sido avaliado pelo governo de Allende, em meados de 1972, como rondando os 5.000. Muitos tinham chegado após a eleição de Allende, em 1970, ou para fugirem a governos de direita ou como apoio ao que era visto como uma experiência socialista única.

Dois dias após o golpe, o Alto Comissário Sadruddin Aga Khan comunicou com o novo Ministro dos Estrangeiros, o Contra-almirante Ismael Huerta Díaz, instigando o go-

verno a honrar as suas obrigações nos termos da Convenção das Nações Unidas de 1951 relativa aos Refugiados e do Protocolo de 1967, que o governo de Allende ratificara em 1972.² Se o Chile não fosse signatário destes instrumentos, as negociações com o novo governo não teriam sido, certamente, tão bem sucedidas. No dia 20 de Setembro de 1973, o ACNUR abriu uma delegação na capital, Santiago.

No mesmo mês, mas mais tarde, o governo autorizou a criação de um Comité Nacional de Ajuda aos Refugiados - CONAR. As igrejas e as organizações voluntárias, incluindo o CONAR, criaram 26 centros de acolhimento, 15 em Santiago e 11 nas províncias. Nestes centros, os “refugiados sob mandato” eram apoiados para que pusessem os documentos em ordem e fazia-se o necessário para que fossem transferidos para países de reinstalação. No final de Setembro, tinham sido registados 600 refugiados nestes centros e, em 23 de Outubro, este número tinha subido para 1.022.

Várias centenas de outros refugiados sem abrigo foram alojados, em alturas diferentes, em instalações sob a protecção da Embaixada da Suíça, com o consentimento do governo chileno. Esta *casa suíza* deu asilo a centenas de refugiados sob o mandato do ACNUR que tinham sido libertados com ordem de expulsão e aguardavam reinstalação fora do país. Muitos eram brasileiros, uruguaios e bolivianos.

O CONAR operou sob os auspícios do ACNUR que lhe oferecera ajuda na resolução dos problemas dos refugiados. Em Março de 1974, das 3.574 pessoas que estavam registadas no CONAR, 2.608 tinham sido reinstaladas em cerca de 40 países. Neste número estão incluídas 288 pessoas que foram repatriadas para os seus próprios países. A acrescentar ainda cerca de 1.500 pessoas que fugiram clandestinamente para o Peru e Argentina. Do

montante total das despesas do CONAR no valor de 300.000 dólares EUA durante este período, cerca de 215.000 dólares foram financiados pelo ACNUR.

Exílio de chilenos

Desde o início que o regime de Pinochet usou o exílio como parte da sua estratégia para redesenhar o mapa político do Chile e, desse modo, eliminar as tradições políticas anteriores. Foram tantas as detenções que o principal estádio de futebol de Santiago se transformou num centro improvisado de detenções maciças.

As expulsões foram efectuadas ao abrigo do Decreto-Lei nº 81 de Novembro de 1973, que conferiu ao regime autoridade praticamente incondicional para expulsar os cidadãos. A partir de Dezembro de 1974, os detidos por força do estado de sítio e ainda não sentenciados, foram autorizados a pedir a sua libertação na condição de expulsão imediata. Em Abril de 1975, o Decreto-Lei nº 504 estendia esta mesma política aos prisioneiros condenados.

O Comité Intergovernamental para a Migração Europeia, o Comité Internacional da Cruz Vermelha e o ACNUR desempenharam um papel importante, a par das organizações locais não governamentais, fazendo o possível para que milhares de chilenos saíssem do país. O ACNUR recebeu também um grande apoio de outras organizações das Nações Unidas, nomeadamente da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). O ACNUR estabeleceu um processo de determinação da elegibilidade logo em Outubro de 1973 para tomar decisões sobre o receio fundado de perseguição no Chile, independentemente de ser o país de origem do indivíduo ou, simplesmente, o seu país de

residência. Para muitos refugiados, era necessário que o processo avançasse o mais rapidamente possível, pois receavam a prisão ou mesmo a morte se caíssem nas mãos das autoridades.

Como no caso do êxodo húngaro quase duas décadas antes, os refugiados encontravam-se bastante dispersos. Cerca de 110 países, desde a Islândia e o Chipre ao Quênia e Cabo Verde reinstalaram chilenos. Inicialmente, muitos fugiram para outros países da América Latina, nomeadamente para o Peru, a Argentina e o Brasil. Contudo, aí as oportunidades de emprego eram limitadas e, após o golpe de 1976 na Argentina, o mais próximo vizinho do Chile, tornou-se muito pouco atractivo. Outros destinos importantes para os refugiados chilenos foram a França, a Suécia, o Canadá, o México, a Austrália e a Nova Zelândia.

O ACNUR também apelou aos países da Europa de Leste para instalarem refugiados chilenos. Cerca de um milhão seguiu espontaneamente para a República Democrática Alemã (Alemanha de Leste) e um número idêntico para a Roménia com a ajuda do ACNUR. Em número mais reduzido seguiram ainda para outros países da Europa de Leste, nomeadamente para a Bulgária e a Jugoslávia - o único país do bloco de Leste com o qual o ACNUR mantinha relações significativas. O apelo lançado a estes países pelo ACNUR era uma novidade na altura, pois a União Soviética continuava a desconfiar abertamente da Organização.

Asilo diplomático

Muitas embaixadas em Santiago valeram-se da prática bem instituída na América Latina de dar protecção diplomática a quem se encontra nas suas instalações. Nos dias que se seguiram ao golpe, mais de 3.500 chilenos procuraram asilo em embaixadas em Santiago, principal-

mente nas da Argentina, França, Itália, México, Holanda, Panamá, Suécia e Venezuela. Num dos casos, em Dezembro de 1973, o Embaixador sueco, Harald Edelstam, foi expulso do país pelo papel particularmente activo que desempenhara oferecendo asilo diplomático.

Recorrendo aos seus “bons ofícios”, o ACNUR deu assistência a estes requerentes de asilo. Em meados de Outubro, com a assistência do ACNUR e com o acordo do governo, foram concedidos salvo-condutos a 4.761 requerentes de asilo, na sua maioria chilenos. Em Maio de 1974, tinham sido concedidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros cerca de 8.000 salvo-condutos.³

Santuários seguros

O Decreto-Lei nº 1308 de 3 de Outubro de 1973 produziu uma importante inovação na prática internacional de asilo moderna: a criação no interior do Chile dos denominados “santuários seguros” para refugiados estrangeiros, assegurados pelo próprio governo chileno. Ao todo, havia seis santuários seguros na área de Santiago. Ao princípio, estes santuários eram respeitados pelo regime, mas num telegrama do ACNUR do final de 1973 mencionava-se que a situação da lei e da ordem no que respeita aos refugiados parecia extremamente tensa. Sugeria que a Junta talvez pretendesse acabar com os santuários para insistir na criação de centros de trânsito fora do Chile.⁴ Ironicamente, essa também era a pretensão de muitos dos próprios refugiados.

Em Abril de 1974, a delegação do ACNUR em Santiago calculava que ainda estivessem detidas 15.000 pessoas por razões políticas em todo o país. As restrições às liberdades civis e políticas mantinham-se e continuava a não existir qualquer procedimento legal significativo. Era nestas condições que os seis san-

tuários continuavam a operar ao longo da maior parte do ano de 1974. Diversos nacionais chilenos que aguardavam reinstalação também foram alojados num santuário sob a protecção da bandeira das Nações Unidas, estabelecido através do Decreto-Lei nº 1698 de 17 de Outubro de 1974. Este decreto especificava que este centro poderia admitir refugiados estrangeiros, assim como familiares de refugiados chilenos no estrangeiro aguardando o reagrupamento familiar. A admissão dos chilenos neste santuário só era possível após receberem autorização do Ministério do Interior. A presença de nacionais chilenos significava que o ACNUR estava cada vez mais envolvido em casos de reagrupamento familiar, reinstalando as famílias dos chilenos que já tinham conseguido asilo no estrangeiro.

Com a partida gradual dos refugiados, o número de santuários seguros foi decrescendo. No final de 1975, quase todos os refugiados estrangeiros que não podiam continuar no Chile tinham sido satisfatoriamente reinstalados e por fim, em Abril de 1976, foi encerrado o último santuário que restava.

Um marco importante para o ACNUR

A intervenção do ACNUR no Chile, após 1973, figura como um marco importante na história da organização. Foi a primeira grande operação do ACNUR na América Latina. Não há um cômputo exacto do número de pessoas que se exilaram nos anos em que o General Pinochet chefiou o Estado chileno. Só o Comité Intergovernamental para a Migração Europeia possibilitara a fuga a 20.000 pessoas em 1980. Segundo outras fontes, o total estimado dos que fugiram ao regime, quer voluntariamente, quer por força de expulsão, atinge as 200.000 pessoas.⁵

No auge da violência, calcula-se que se deslocou internamente um milhão de pessoas em consequência desta campanha militar. Alguns meses mais tarde, os vários grupos de guerrilha uniram-se e formaram a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca - URNG. Apesar do apoio popular, a URNG não constituía um desafio sério às tropas governamentais. Em 1983, os militares guatemaltecos forçaram a URNG a retirar-se para as remotas regiões montanhosas, onde permaneceram até se iniciarem posteriormente, nessa mesma década, as conversações de paz.

A maior parte dos dois milhões de pessoas desenraizadas em consequência destes conflitos armados na Nicarágua, em El Salvador e na Guatemala continuavam deslocadas internamente ou tornaram-se estrangeiros indocumentados em países da América Central ou América do Norte. Entre estes países contam-se as Honduras, México, Costa Rica, Belize e Panamá, bem como os Estados Unidos e o Canadá. Dos que fugiram do seu próprio país apenas cerca de 150.000 foram reconhecidos como refugiados na América Central e no México. Das centenas de milhar que fugiram para os Estados Unidos, só uma parte relativamente pequena foi reconhecida como refugiada. A maioria não teve a oportunidade de requerer o estatuto de refugiado ou não o fez por temer a deportação caso este lhe fosse negado.

De mais de 500.000 centro-americanos que fugiram para os Estados Unidos, a maioria não recebeu protecção como refugiados. A reacção dos EUA aos refugiados era fortemente influenciada por considerações políticas. Os nicaraguanos eram geralmente bem acolhidos, sendo-lhes concedido asilo, ao passo que aos guatemaltecos e salvadorenhos era-lhes recusado asilo, sendo deportados mesmo quando os Estados Unidos proporcionavam a alguns grupos autorizações de permanência a aguardar deportação. A Costa Rica, as Honduras e o México também receberam várias centenas de milhar de centro-americanos, dos quais apenas cerca de 143.000 foram reconhecidos como refugiados.²⁷ Duas das maiores concentrações de refugiados reconhecidos encontravam-se nas Honduras e no México. Em 1986, as Honduras acolhiam cerca de 68.000 refugiados, aproximadamente 43.000 da Nicarágua, 24.000 de El Salvador e um pequeno número da Guatemala, enquanto o México acolhia cerca de 46.000 refugiados guatemaltecos e muitos outros mais que não foram formalmente registados.²⁸

Para o ACNUR, os esforços para dar protecção e assistência a dois grupos diferentes de refugiados nas Honduras estavam condicionados pela Guerra Fria e por outras considerações políticas. O governo das Honduras, que estava dependente da ajuda dos EUA, acolhia os refugiados nicaraguanos que fugiam do governo sandinista, mas desconfiava bastante dos refugiados salvadorenhos. O tratamento desigual prestado pelas autoridades hondurenhas a estes dois grupos de refugiados levantava sérios desafios ao ACNUR. Embora a maior parte dos refugiados reconhecidos oficialmente fosse acolhida em acampamentos geridos pelo ACNUR, as condições nestes campos de refugiados variavam enormemente. Os refugiados nicaraguanos estavam autorizados a circular livremente dentro e fora dos acampamentos, ao passo que os refugiados salvadorenhos eram forçados a ficar em campos fechados vigiados pelas forças armadas hondurenhas.

Os refugiados nicaraguanos nas Honduras

Os refugiados nicaraguanos começaram a chegar às Honduras em 1981. A maioria (cerca de 30.000) pertencia à população indígena miskito e fugia quer das lutas entre os contras e as forças sandinistas travadas nas suas áreas de residência, quer das tentativas dos sandinistas para os deslocar. Estima-se em 14.000 o número de nicaraguanos miskitos que viviam em campos de refugiados criados pelo ACNUR. Os restantes 8.000 refugiados nicaraguanos eram mistos e de descendência espanhola, conhecidos por “ladinos”. Os ladinos entraram nas Honduras nos princípios dos anos 80. Muitos, tal como os miskitos, fugiam das lutas travadas entre os contras e as forças sandinistas. Outros eram recrutas dos contras que se instalaram em campos geridos por eles ao longo da fronteira.

O ACNUR procurava manter uma divisão clara entre as bases dos contras e as comunidades de refugiados, tentando retirar os refugiados das proximidades da fronteira. No entanto, era bem conhecido o facto dos contras operarem nos campos administrados pelo ACNUR e pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha, numa situação que um observador descreveu como “um caso de utilização extrema dos refugiados como objectos políticos”²⁹. A presença de grupos armados nos campos de refugiados nicaraguanos nas Honduras, como a de grupos armados afegãos nas aldeias de refugiados no Paquistão, colocava os refugiados em enorme risco. Mas com os Estados Unidos e as Honduras a apoiarem os contras, o ACNUR sentia-se incapaz de impedir que operassem a partir desses campos. Entretanto, um conjunto de ONG criticava o ACNUR por não proteger adequadamente os refugiados.

Em 1987, os fluxos de refugiados aumentaram significativamente, em grande parte como resposta ao recrutamento militar efectuado pelo governo sandinista. Em Dezembro de 1987, o ACNUR registou perto de 16.000 refugiados ladinos, cerca do dobro registado no final de 1986. Em 1988, na esteira da questão iraniana, o Congresso dos EUA inviabilizou todo o apoio aos contras. Sem a assistência dos EUA, os contras enfraqueceram e o conflito chegou a um beco sem saída. Nesse ano, mais tarde, os sandinistas e a oposição, incluindo os contras, deram início a um “diálogo nacional” que conduziu a uma série de acordos, em 1989, visando acabar com a guerra.

Os refugiados salvadorenhos nas Honduras

Os refugiados salvadorenhos começaram a chegarem às Honduras em 1980. Inicialmente, os refugiados instalaram-se sem problemas em várias comunidades fronteiriças, principalmente em La Virtud. Contudo, como o número de chegadas aumentava, as autoridades hondurenhas procuraram estancar esta instalação espontânea. O governo hondurenho via os refugiados como colaboradores dos guerrilheiros e tratava-os com desconfiança e hostilidade. Em Maio de 1980, por exemplo, as tropas hondurenhas repeliram centenas de refugiados que fugiam de ataques perpetrados pelos militares salvadorenhos. Muitos dos que foram forçados a voltar foram logo

depois assassinados. Mas, apesar da fraca recepção, a intensificação dos combates em El Salvador continuava a forçar milhares de salvadorenhos a fugirem das Honduras. Nos princípios de 1981, a população refugiada nas Honduras tinha aumentado para 30.000.

Os refugiados não encontraram a segurança que desejavam quando fugiam para as Honduras. Segundo uma enfermeira que trabalhou em La Virtud: “Os militares salvadorenhos, em conluio com os soldados hondurenhos em La Virtud, entravam livremente no território hondurenho. Alguns refugiados desapareciam, outros eram encontrados mortos e outros eram presos pelo exército hondurenho.”³⁰ O ACNUR emitiu um protesto formal contra estas incursões, tal como o fizeram destacados membros da Igreja na região, o que surtiu pouco efeito.

Seguidamente, em Outubro de 1981, o governo hondurenho anunciou que planeava mudar os refugiados em La Virtud para Mesa Grande, um local mais afastado da fronteira. Segundo declarações do governo, a intenção era proteger os refugiados, o que o ACNUR apoiava. No entanto, algumas ONG e outros observadores achavam que o verdadeiro objectivo do governo era evitar que os refugiados apoiassem os guerrilheiros salvadorenhos e limpar a zona fronteiriça de forma a que os militares hondurenhos e salvadorenhos pudessem aí operar mais livremente. Os refugiados e muitas ONG que trabalhavam em La Virtud opuseram-se à projectada mudança, argumentando que isso os iria colocar ainda mais à mercê dos hostis militares hondurenhos.

A situação explodiu no dia 16 de Novembro de 1981 quando paramilitares e soldados salvadorenhos entraram em La Virtud e raptaram um determinado número de refugiados. O governo hondurenho usou a incursão como desculpa para proceder imediatamente à recolocação, embora os preparativos em Mesa Grande ainda não estivessem concluídos. Apesar da oposição dos refugiados e malgrado as suas próprias preocupações, o ACNUR encontrava-se sem outra alternativa que não fosse prestar assistência a essa transferência. No espaço de cinco meses, foram recolocados 7.500 refugiados. Mais de 5.000 preferiram voltar para El Salvador a mudarem-se para Mesa Grande. A recolocação levantava novos problemas. Muitas das prometidas facilidades nunca se concretizaram e as condições dos refugiados em Mesa Grande eram bastante piores do que as que tinham tido em La Virtud. Em consequência, aumentava a desconfiança dos refugiados quer em relação às autoridades hondurenhas, quer em relação ao ACNUR.

A política do governo hondurenho consistia em manter os refugiados salvadorenhos em campos fechados, tornando-se difícil que estes fossem auto-suficientes. Não estavam autorizados a procurar emprego fora dos acampamentos. Também não estavam autorizados a amanhar a terra no interior dos campos de refugiados, o que limitava a quantidade de alimentos que podiam cultivar. Mesmo assim, os refugiados eram extremamente expeditos. Plantavam as suas próprias hortas dentro do acampamento, o que praticamente supria todas as necessidades em legumes. Construíram também viveiros que forneciam toneladas de peixe, criavam porcos e galinhas, e abriram oficinas onde produziam a maior parte da sua própria roupa, calçado e camas de rede.

Num outro incidente controverso, em 1983, o governo hondurenho comunicou aos refugiados salvadorenhos no campo de Colomoncagua, junto à fronteira sal-

vadorenha, que iriam também ser recolocados ou reenviados para El Salvador. O ACNUR apoiou a recolocação proposta, mas avisou o governo hondurenho que se oporia a qualquer tentativa de repatriamento forçado destes refugiados para El Salvador.³¹ Entretanto, as ONG internacionais apoiavam a resistência dos refugiados à mudança. Por fim, as autoridades hondurenhas recuaram e os refugiados não foram obrigados a partir, mas a vida em Colomoncagua continuava tensa e perigosa. Desde o início que se verificavam muitos problemas de segurança em Colomoncagua, nomeadamente ataques violentos a refugiados, por vezes em colaboração com membros das forças armadas salvadorenhas. Também ocorreram certos incidentes envolvendo conflitos entre os próprios refugiados, em particular quando estes refugiados procuravam ser repatriados contra o desejo dos seus líderes.

O ACNUR foi apanhado no meio de pressões conflituosas nos campos de refugiados salvadorenhas. Os governos das Honduras e dos EUA queriam um controlo apertado sobre as actividades dos refugiados, ao passo que estes e a maioria das ONG que trabalhava nos campos exigia mais liberdade. Em várias ocasiões, o pessoal do ACNUR nos campos de refugiados foi fisicamente maltratado pelas autoridades hondurenhas.

As relações com as ONG que trabalhavam com refugiados salvadorenhas nas Honduras também eram tensas. Muitas vezes, o ACNUR era visto como aliado dos governos das Honduras e dos EUA, que eram, geralmente, hostis aos refugiados salvadorenhas. Um funcionário do ACNUR escreveu na altura: “Em nenhum outro país onde anteriormente trabalhei o pessoal internacional das organizações voluntárias era tão hostil ao ACNUR como em Mesa Grande e Colomoncagua.”³²

Refugiados guatemaltecos no México

Durante os anos 80, o México - tal como as Honduras - não era signatário nem da Convenção de 1951 nem do Protocolo de 1967. Quando os guatemaltecos começaram a chegar ao México em grande número, em 1981, milhares deles foram imediatamente deportados. Contudo, após uma série de protestos internacionais, o governo mexicano criou um processo de registo para os refugiados guatemaltecos e autorizou que permanecessem 46.000. Estes encontravam-se no meio de mais de 200.000 guatemaltecos que tinham entrado no país entre 1981 e 1982. Em 1982, o ACNUR abriu a sua primeira delegação no México.

Muitos dos que não se registaram tinham chegado a zonas do México para onde os guatemaltecos migravam tradicionalmente à procura de trabalho e onde lhes era fácil misturarem-se no meio da força de trabalho local e dos migrantes. Uns 50.000 ter-se-ão também dirigido para a capital, a Cidade do México, onde não existiam processos de registo. Outros chegaram ao México após o governo ter encerrado o processo de registo. Todos os refugiados não registados viviam sob o medo permanente da deportação.

Os refugiados registados no México foram concentrados em mais de 50 acampamentos na selva longínqua, no empobrecido estado de Chiapas, junto à fronteira com a Guatemala. As condições de vida nos campos de refugiados eram terrivelmente defi-

cientes. A partir de 1984, o governo mexicano, ciente das precárias condições destes acampamentos, adoptou a política de deslocar os refugiados de Chiapas para novas instalações nos estados de Campeche e Quintana Roo, na península de Yucatan. Foram transferidos praticamente cerca de 18.000 refugiados. O governo reclamava, com alguma justificação, que a transferência era necessária devido ao facto dos militares guatemaltecos terem efectuado vários ataques a campos de refugiados através da fronteira. Ao mesmo tempo, o governador de Chiapas opunha-se veementemente à presença dos refugiados, ao passo que na península de Yucatan, uma área subdesenvolvida, os refugiados podiam contribuir para os esforços de desenvolvimento.

Cerca de 25.000 dos refugiados registados em Chiapas resistiram à recolocação em Campeche e Quintana Roo e permaneceram em Chiapas. O governo mexicano desencorajava as ONG mexicanas a prestarem assistência a estes refugiados. Os baixos salários que recebiam pelo seu trabalho, a ausência de terra e a falta de acesso a serviços sociais tornavam as condições de vida destes refugiados extremamente difíceis e, em 1987, uns quantos abandonaram os acampamentos, tendo alguns regressado à Guatemala. Subsequentemente, contudo, a situação de segurança e as condições de vida em Chiapas melhoraram um pouco para os refugiados.

A partir de 1984, o governo mexicano - em cooperação com o ACNUR e as ONG - concedeu aos refugiados, então instalados em Campeche e Quintana Roo, terra, abrigo, ajuda alimentar e serviços sociais integrados. A instalação destes refugiados revelou-se de grande sucesso em termos de auto-suficiência e de integração local. A maior parte dos refugiados transferidos para estas instalações ficou aqui permanentemente e o governo mexicano acabou por lhes conceder a nacionalidade mexicana.

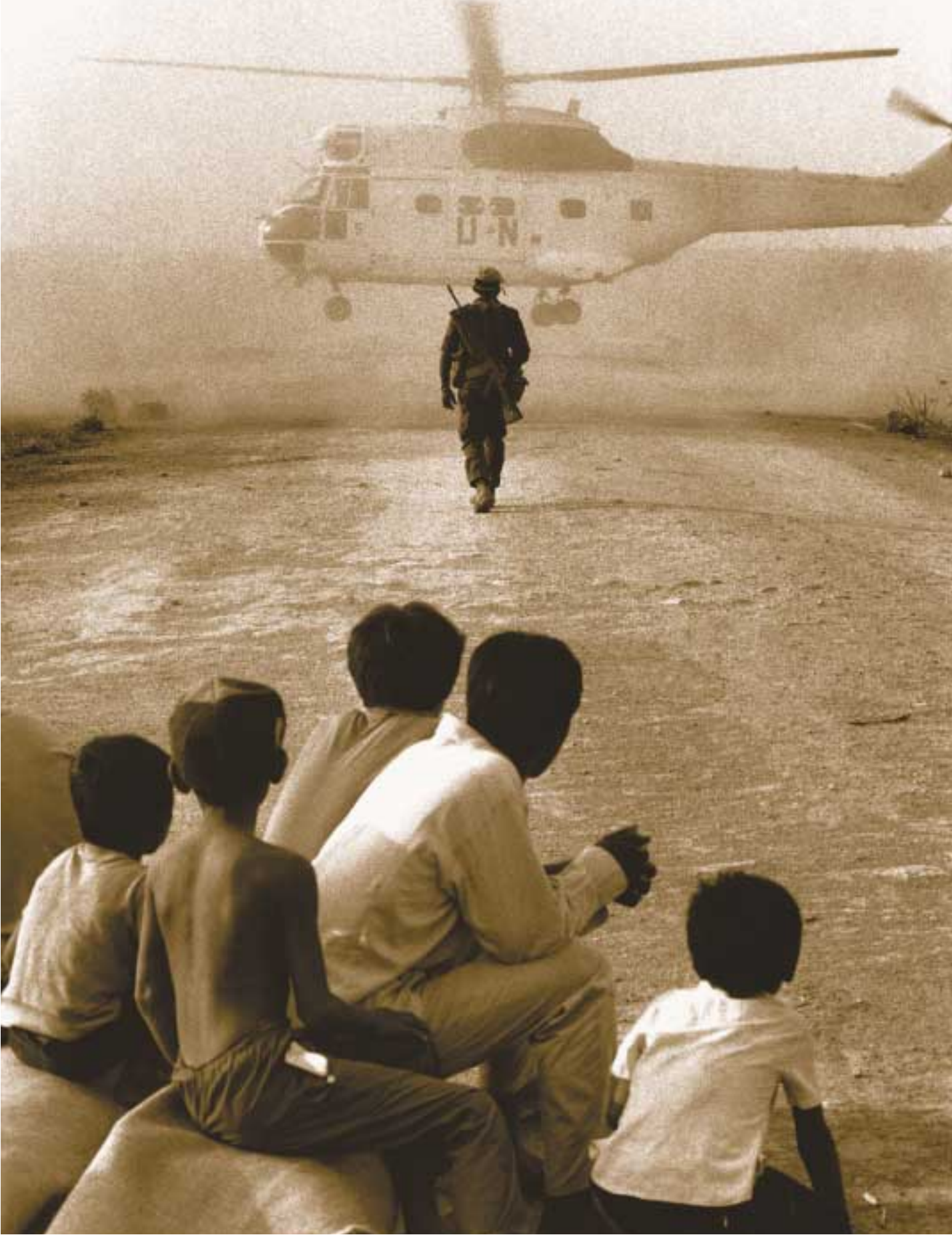
Resolução dos conflitos e repatriamento

No início dos anos 80, a Guerra Fria ainda estava firmemente entrincheirada. No final da década, tanto o ACNUR como a geografia política global tinham mudado drasticamente. O ACNUR expandira-se significativamente, não só no que se refere à quantidade de trabalhadores e volume orçamental, mas também em termos de esfera de acção. Ao mesmo tempo, muitos dos conflitos que tinham caracterizado a última década da Guerra Fria já tinham terminado ou, pelo menos, encaminhavam-se para uma resolução.

No caso do Afeganistão, as tropas soviéticas retiraram do país em 1989, pouco antes da própria União Soviética se ter desmoronado. O regime comunista que tinham deixado em Cabul caiu em poder dos mujahedin em 1992, abrindo finalmente caminho para o repatriamento de cerca de quatro milhões de afegãos no decurso dos anos 90.

Na Etiópia, o governo do Presidente Mengistu caiu em 1991, seguindo-se um período de relativa acalmia no país. Na Eritreia, a mais longa guerra civil africana em curso chegava em 1991 ao fim, tendo o país obtido oficialmente a independência em 1993.

Na América Central, o processo de paz iniciado em Esquipulas, em 1987, cristalizara a determinação dos dirigentes da América Central em pôr termo aos conflitos na região. Na Nicarágua, o fim negociado do conflito entre o governo e os contras começou em 1989 e, no ano seguinte, por votação, os sandinistas tiveram de abdicar. Em El Salvador e na Guatemala conseguiram-se acordos formais de paz em 1992 e 1996, respectivamente, se bem que muitos dos refugiados tenham regressado antes destas datas. Como consequência, no início dos anos 90, o centro das actividades do ACNUR virara-se para o repatriamento.



- 26 Gabinete do Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Coordenação dos Programas Cambojanos de Assistência Humanitária (OSRSG), *Cambodian Humanitarian Assistance and the United Nations*, 1979-1991, ONU, Banguecoque, 1992, pág. 42.
- 27 J. Reynell, *Political Pawns: Refugees on the Thai-Kampuchean Border*, Refugee Studies Programme, Oxford, 1989, pág. 42.
- 28 Robinson, *DoubleVision*, pág. 137.
- 29 As quatro facções rivais incluíam o Estado do Camboja (EDC), sediado em Phnom Penh e dirigido pelo Primeiro-Ministro Hun Sen, e as três facções resistentes que formaram o Governo de Coligação do Camboja Democrático (GCCD). O GCCD compreendia a Frente de Unidade Nacional para um Camboja Independente, Neutro, Pacífico e Cooperante (FUNCINPEC), liderada pelo Príncipe Norodom Sihanouk; a Frente Popular Khmer de Libertação Nacional (FPKLN) dirigida pelo antigo Primeiro-Ministro Son Sann; e o Partido do Camboja Democrático, vulgarmente conhecido por Khmer Vermelho, dirigido por Pol Pot.
- 30 Declarações de Sérgio Vieira de Mello no encerramento de Khao-I-Dang, 3 de Março de 1993.
- 31 Robinson, *Terms of Refuge*, pág. 13.
- 32 R. Cooper, "The Hmong of Laos: Economic Factors in Refugee Exodus and Return", em G.L. Hendricks, B.T. Downing, e A. S. Deinard (eds), *The Hmong in Transition*, Center for Migration Studies, Nova Iorque, 1986, pág. 23-40.
- 33 Citado num comunicado de imprensa de 25 de Outubro de 1975 emitido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da Tailândia.
- 34 ACNUR, "Report on UNHCR Activities in the LPDR in 1977", Fevereiro de 1978.
- 35 ACNUR, "Report on UNHCR Activities in the LPDR in 1979", Fevereiro de 1980.
- 36 Ver J. A. Hafner, "Lowland Lao and Hmong Refugees in Thailand: The Plight of Those Left Behind", *Disasters*, vol. 9, n° 2, 1985, pág. 83; M. Lacey, "A Case Study in International Refugee Policy: Lowland Lao Refugees", *People in Upheaval*, Center for Migration Studies, Nova Iorque, 1987, pág. 24.
- 37 "Draft Declaration and Comprehensive Plan of Action", aprovado na reunião preparatória da Conferência Internacional sobre os Refugiados Indochineses, 8 de Março de 1989.
- 38 ACNUR, "Outline of the Plan for a Phased Repatriation and Reintegration of Laotians in Thailand", Quarta Sessão da Reunião Tripartida, 27-29 de Junho de 1991, pág. 5.
- 39 Boletim Informativo do ACNUR, "Laos", Abril de 1996.
- 40 Declarações do Alto Comissário Jean-Pierre Hocké na Conferência Internacional sobre Refugiados Indochineses, Genebra, 13 de Junho de 1989.
- 41 A. Simmance, "The International Response to the Indo-Chinese Refugee Crisis", comunicação apresentada no Seminário Internacional sobre o Êxodo Indochinês e a Reacção Internacional, Tóquio, Japão, 27-28 de Outubro de 1995.
- 42 ACNUR, "Resettlement in the 1990s: A Review of Policy and Practice", síntese da avaliação efectuada pelo Serviço de Inspeção e Avaliação para Consultas Oficiais sobre a Reinstalação, Genebra, 12-14 de Outubro de 1994, pág. 1.

Caixa 4.1

- 1 Alto Comissário, "Note for the Meeting on Refugees and Displaced Persons in Southeast Asia", Julho de 1979.
- 2 Alto Comissário J.-P. Hocké, comunicação na Conferência Internacional sobre os Refugiados Indochineses, Genebra, 13 de Junho de 1989.
- 3 Projecto de Declaração e Plano Integrado de Acção, aprovado na reunião preparatória da Conferência Internacional sobre Refugiados Indochineses, 8 de Março de 1989.
- 4 Ibid.

Caixa 4.2

- 1 H. Kamm, "Vietnam's Refugees Sail into Heart of Darkness", *New York Times*, 4 de Julho de 1984.

Caixa 4.3

- 1 US Committee for Refugees, *World Refugee Survey*, Washington DC, 1977.
- 2 W.C. Robinson, *Terms of Refuge: The Indochinese Exodus and the International Response*, Zed Books, Londres, 1998, quadro, pág. 295.

Caixa 4.4

- 1 E. Ressler, "Analysis and Recommendations for the Care of the Unaccompanied Khmer Children in the Holding Centers in Thailand," Interagency Study Group, Banguecoque, Dezembro de 1980.

Capítulo 5

- 1 A. Zolberg e A. Callamard, "Displacement-Generating Conflicts and International Assistance in the Horn of Africa", comunicação apresentada numa reunião conjunta OIT-ACNUR sobre a ajuda internacional como forma de reduzir a necessidade de migração, Genebra, 1992, pág. 7.
- 2 J. Crisp e N. Cater, "The Human Consequences of Conflict in the Horn of Africa: Refugees, Asylum and the Politics of Assistance", comunicação apresentada na Conferência do Cairo sobre a Segurança Regional de 27 a 30 de Maio de 1990, pág. 6.
- 3 A. Karadawi, *Refugee Policy in Sudan 1967-1984*, Berghahn Books, Nova Iorque, 1999.
- 4 R. Ek e A. Karadawi, "Implications of Refugee Flows on Political Stability in the Sudan", *Ambio*, vol. 20, n° 5, Agosto de 1991, pág. 196-203; J. R. Rogge, *Too Many, Too Long: Sudan's Twenty-Year Refugee Dilemma*, Rowman e Allanheld, New Jersey, 1985.
- 5 P. Vigne, "Eastern Sudan: Refugee Agriculture Programme, Break Basket or Basket Case?", *Refugees*, n° 27, ACNUR, Genebra, Março de 1986, pág. 30.
- 6 A. de Waal, *Famine Crimes: Politics and the Disaster Relief Industry in Africa*, African Rights, Londres, e James Currey, Oxford, 1997, pág. 106.
- 7 H. A. Ruiz, *Behind the Headlines: Refugees in the Horn of Africa*, US Committee for Refugees, Washington DC, 1989, pág. 17.
- 8 De Waal, *Famine Crimes*, pág. 115-117.
- 9 A. Billard, "Eastern Sudan: Huge Efforts Paying Off", *Refugees*, n° 27, ACNUR, Genebra, Março de 1986, pág. 21.
- 10 Ibid., pág. 22.
- 11 Ibid., pág. 19-20.
- 12 L. Dupree e N. Hatch Dupree, "Afghan Refugees in Pakistan", 1987 *World Refugee Survey*, US Committee for Refugees, Washington DC, 1988, pág. 17.

- 13 Carta de M. Priestly, Representante do PNUD em Islamabad, dirigida a J. Cuenod, Divisão de Assistência do ACNUR, Genebra, 2 de Agosto de 1979, 100/PAK/AFG, F/HCR 11.2.
 - 14 Telegrama de H. C. von Sponek, Representante Residente em Islamabad, para o Alto Comissário P. Hartling, 3 de Agosto de 1978 e telegrama de von Sponek para F.J.Homann-Herimberg, 16 de Agosto de 1978, ambos em 100/PAK/AFG, F/HCR 11.2.
 - 15 Carta de J. K. A. Marker, Embaixador do Paquistão em Genebra, dirigida ao Alto Comissário Hartling, 10 de Abril de 1979, 100/PAK/AFG, F/HCR 11.2.
 - 16 Centro de Informações da ONU para o Paquistão, Nota informativa 22/79, 25 de Outubro de 1979, 100/PAK/AFG, F/HCR 11.2.
 - 17 Carta de K.Khoda Panahi, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Irão, para o Alto Comissário Hartling, 29 de Novembro de 1980, 010/IRN, F/HCR 11.2.
 - 18 Memorando de R.Yazgi, Chefe da Secção do Médio Oriente e do Norte de África, para o Alto Comissário Hartling, 26 de Junho de 1981, 100/IRAN/AFG, F/HCR 11.2.
 - 19 S. Lamb, "Afgans in Pakistan: The Target of Blame, the Beneficiaries of Hospitality", *Refugees*, n° 41, ACNUR, Genebra, Maio de 1987, pág. 20.
 - 20 Relatório 96/28 da Missão do ACNUR da Secção de Programação e Apoio Técnico, "Evaluation of the Income Generation for Refugee Areas (IGPRA)", 1996, F/HCR 18.1.
 - 21 H. Ruiz, *Left Out in the Cold: The Perilous Homecoming of Afghan Refugees*, US Committee for Refugees, Washington DC, 1992, pág. 4.
 - 22 A. R. Zolberg et al., *Escape from Violence: Conflict and the Refugee Crises in the Developing World*, Oxford University Press, Oxford, 1989, pág. 154.
 - 23 Memorando de M. Moussalli, Director de Protecção Internacional do ACNUR, para G. Walzer, Chefe da Missão do ACNUR em Islamabad, 3 de Julho de 1984, 100/PAK/AFG, F/HCR 11.2.
 - 24 Ibid.
 - 25 Telegrama de P. Sargisson, Representante Regional do ACNUR para a América Latina do Norte, enviado para a sede do ACNUR, 10 de Março de 1980, 600.HON, F/HCR 11.2; Representante do Alto Comissário D. S. de Haan para C. Lopez Contreras, Ministro das Relações Exteriores das Honduras, 16 de Agosto de 1979, 600.HON, F/HCR 11.2.
 - 26 J.Hampton (ed.), *Internally Displaced People: A Global Survey*, Conselho Norueguês para os Refugiados e Earthscan, Londres, 1998, pág. 103.
 - 27 Zolberg et al., *Escape from Violence*, pág. 212
 - 28 Unidade Estatística do ACNUR, Genebra.
 - 29 Zolberg et al., *Escape from Violence*, pág. 218
 - 30 R. Camarda et al., *Forced to Move: Salvadoran Refugees in Mexico*, Solidarity Publications, San Francisco, CA, 1985, pág. 26.
 - 31 J. Henkel, Delegação de Ligação do ACNUR em Washington, para o Alto Comissário Hartling, 28 de Março de 1984, anexando "Media Backgrounder: UNHCR and the Relocation of Salvadoran and Guatemalan Refugees in Honduras", 100/HON/SAL, F/HCR 11.2. Ver também Telegrama do ACNUR- Tegucigalpa para o ACNUR – Genebra, 8 de Junho de 1984, 600/HON, F/HCR 11.2.
 - 32 B.Thiesbrummel, "Report on My Mission in Honduras (August-December 1983)", Item 965, 600/HON, F/HCR 11.2.
- Caixa 5.1**
- 1 Ver, por exemplo, B. Harrell-Bond, *Imposing Aid: Emergency Assistance to Refugees*, Oxford University Press, Oxford, 1986; artigos sobre "People in Camps", *Forced Migration Review*, n° 2, Agosto de 1998; J. Crisp e K. Jacobsen, "Refugee Camps Reconsidered", *Forced Migration Review*, n° 3, Dezembro de 1998, pág. 27-30 e reacção na pág. 31.
 - 2 M. Cutts, "Surviving in Refugee Camps", *Forum: War, Money and Survival*, Comité Internacional da Cruz Vermelha, Genebra, Fevereiro de 2000.
- Caixa 5.4**
- 1 E. Schlatter, Encarregado de Missão, "Report on UNHCR Operation to Chile, 19 October 1973 – 29 March 1974", 1/CHL/GEN F/HCR 11.1. Ver também, geralmente, G. Perkins para a Sede do ACNUR, "The UNHCR in Latin America – A Post Chile Analysis", 31 de Janeiro de 1974, anexo a G. Perkins para G. Koulischer, 12 de Fevereiro de 1974, 600/LAM, F/HCR 11.2.
 - 2 Telegrama do Alto Comissário Sadruddin Aga Khan para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Santiago, Chile, 13 de Setembro de 1973, 1/CHL/GEN, F/HCR 11.1.
 - 3 D. S. Blanchard, enquanto Chefe de Missão, Santiago, para o Representante Regional do ACNUR para a América Latina, Buenos Aires, "Report on the Operation in Chile – 1 April to 24 May 1974", 24 de Maio de 1974, 100/CHL/GEN, F/HCR 11.1.
 - 4 Telegrama de G. Koulischer, ACNUR-Nova Iorque, para a Sede do ACNUR, 23 de Dezembro de 1973, 600/CHL/GEN, F/HCR 11.2.
 - 5 A.R.Zolberg et al., *Escape from Violence and the Refugee Crisis in the Developing World*, Oxford University Press, Oxford, 1989, pág. 199-200.
- Capítulo 6**
- 1 F. Hampson, *Nurturing Peace: Why Peace Settlements Succeed or Fail*, US Institute for Peace, Washington DC, 1996, pág. 75 e 77; A. O. Akiwmi, Consultor Jurídico Principal para África, para M. Goulding, Subsecretário Geral da ONU, 6 de Julho de 1989, anexando "Mission Report to Angola and Namibia, 14-28 June 1989", F/HCR 17, Arquivos sobre Protecção, Dossier Geográfico, Namíbia II.
 - 2 R. Preston, "Returning Exiles in Namibia Since Independence", em T.Allen e H. Morsink (eds), *When Refugees Go Home: African Experiences*, Instituto de Investigação da ONU para o Desenvolvimento Social (UNRISD), Africa World Press, James Currey, Londres, 1994.
 - 3 Ver na generalidade, P. Worby, "Lessons learned from UNHCR's Involvement in the Guatemala Refugee Repatriation and Reintegration Programmes (1987-1999)", relatório da responsabilidade do Bureau Regional do ACNUR para as Américas e da Unidade de Avaliação e Análise Política, Genebra, Dezembro 1999.
 - 4 Ver também, Resolução 51/198 da AG da ONU, 27 de Março de 1997.